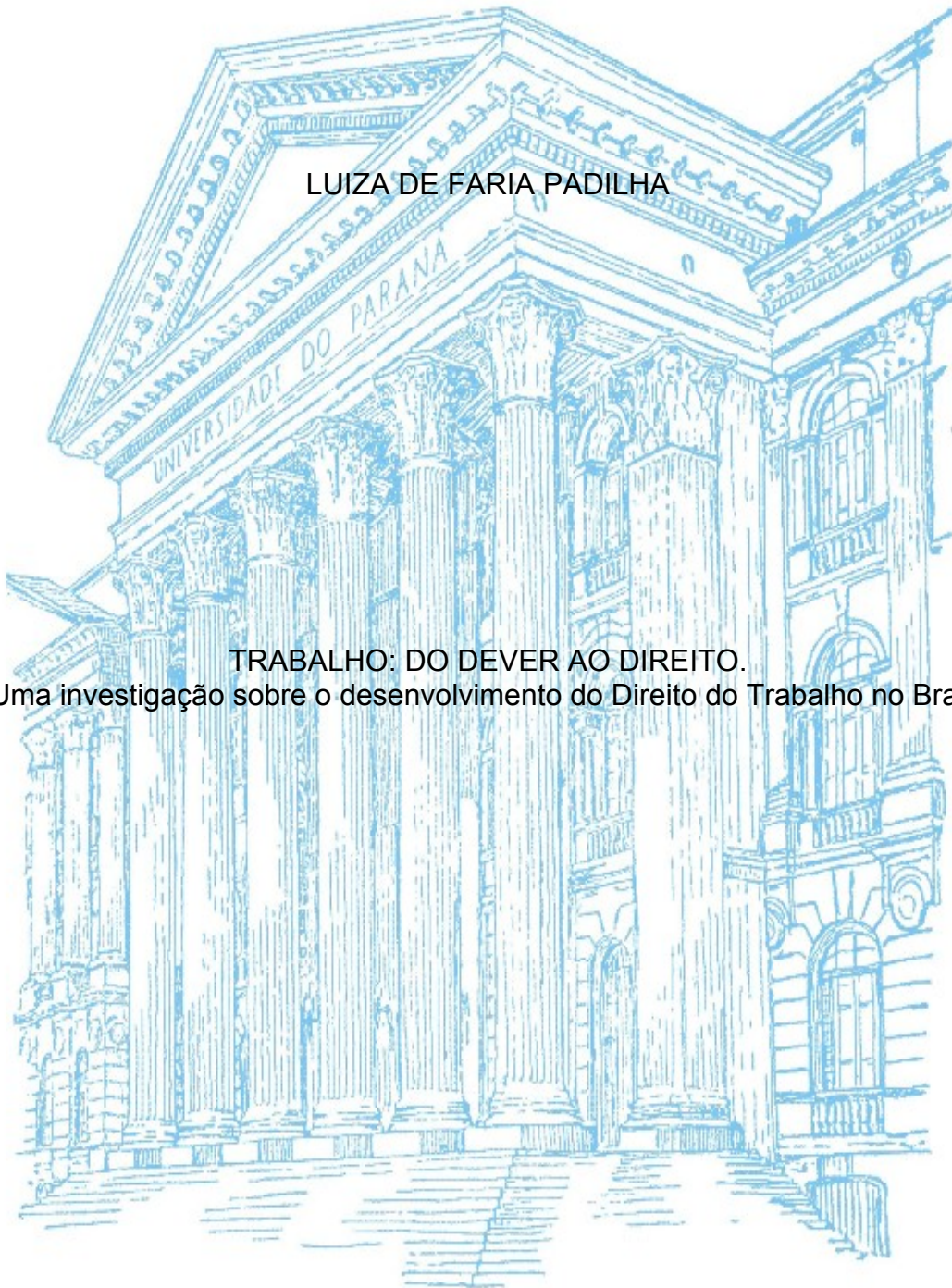


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZA DE FARIA PADILHA

TRABALHO: DO DEVER AO DIREITO.

Uma investigação sobre o desenvolvimento do Direito do Trabalho no Brasil



CURITIBA
2012

LUIZA DE FARIA PADILHA

TRABALHO: DO DEVER AO DIREITO.

Uma investigação sobre o desenvolvimento do Direito do Trabalho no Brasil

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito no Curso de Graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Thereza Cristina Gosdal

Coorientador: Prof. Luís Fernando Lopes Pereira

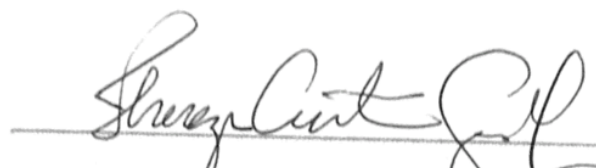
CURITIBA
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

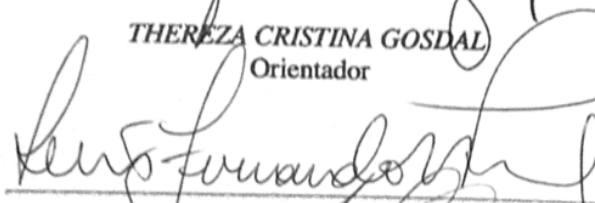
LUIZA DE FARIA PADILHA

Trabalho: do dever ao direito - Uma investigação sobre o desenvolvimento do Direito do Trabalho no Brasil

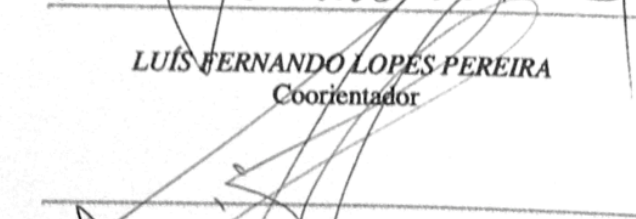
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



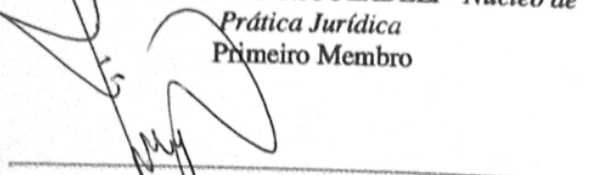
THEREZA CRISTINA GOSDAL
Orientador



LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA
Coorientador



SANDRO LUNARD NICOLADELI - Núcleo de
Prática Jurídica
Primeiro Membro



SIDNEI MACHADO
Segundo Membro

*A Rodrigo Leite Kremer, meu querido mestre,
por seu incentivo e auxílio durante o curso de Direito e
por ter aguardado pacientemente sua conclusão,
durante os últimos cinco anos.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, Thereza Cristina Gosdal e Luis Fernando Lopes Pereira, por terem aceitado o convite e por sua imensa compreensão, dedico este primeiro agradecimento.

Da mesma forma, ao Excelentíssimo Juiz de Direito – que possui verdadeiramente a qualidade de ser “excelente” – Doutor Lauro Augusto Fabrício de Melo Filho, o qual tenho a honra de ter como chefe e a quem devo tudo o que aprendi nestes dois anos de serviço público. Minha gratidão também por sua generosidade em me conceder todo o apoio necessário à conclusão deste trabalho.

Também aos queridos amigos da 1ª Vara de Família que, socorrendo-me em minhas atribuições, trabalharam igualmente por este projeto.

Às minhas queridas Vó Laura e Tia Glória, que me receberam de braços abertos em meu “retorno para casa”, apoiando-me sempre em todas as minhas decisões.

À Tia Gilda, que literalmente “comprou” minha ideia de fazer Direito, incentivando-me, de modo decisivo, a ingressar novamente nesta Universidade.

Aos meus pais, raiz e razão de todas as minhas conquistas, exemplo de vida e de dedicação, a quem amo incondicionalmente.

Às minhas irmãs, Laura, por sua ajuda nas demais atividades, sem a qual eu não poderia ter me dedicado ao presente estudo, e Letícia, companheira de profissão, a quem tenho por madrinha e conselheira.

Em especial, a Ruy, Rosita e Rodrigo Kremer, sempre prontos a ajudar, revelando-se verdadeiros baluartes de todos os meus projetos nos últimos cinco anos.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a que eu chegasse até aqui,

devoto os meus mais sinceros agradecimentos.

*É preciso trabalhar –
trabalhar com abnegação, trabalhar com desinteresse,
trabalhar como trabalham as abelhas, que fabricam o mel,
não para si, mas para a colmeia.*

(Discurso de Getúlio Vargas. In: VARGAS, G. A nova política do Brasil.
Rio de Janeiro: José Olympio. 1938-1947. v. 7. p. 143)

RESUMO

A consolidação do Direito do Trabalho no Brasil está relacionada com o progresso econômico e com o desenvolvimento do modo de produção capitalista em território nacional. O crescimento industrial e a expansão do trabalho assalariado reclamavam instrumentos capazes de regular as relações produtivas. Surgiram, então, as primeiras normas trabalhistas que, após alguns anos, assumiram *status* constitucional. Com a solidificação do capitalismo, as relações de trabalho adquiriram uma relevância tal, que as diversas Constituições brasileiras ocuparam-se deste tema. As mudanças sociais e econômicas ocorridas no país ao longo das últimas décadas foram responsáveis por uma alteração de paradigma acerca do trabalho, que passou, sob a égide constitucional, de “dever” a “direito” social.

Palavras-chave: Capitalismo. Dever Social. Direito ao Trabalho. Direito Constitucional do Trabalho. Direito Social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO	10
2.1 AS ORIGENS DO CAPITALISMO	10
2.1.1 As relações primitivas de trabalho	11
2.1.2 A gênese do capitalismo industrial e do trabalho assalariado	14
2.1.3 A organização da produção e do trabalho	19
2.2 A CLASSE TRABALHADORA E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL	24
2.3 AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XX	27
3 CAPITALISMO E TRABALHO NO BRASIL	31
3.1 O MODO DE PRODUÇÃO NA COLÔNIA E O TRÁFICO DE ESCRAVOS	31
3.2 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA	33
3.3 A CRESCENTE URBANIZAÇÃO E OS SURTOS INDUSTRIAIS	37
3.4 O BRASIL REPUBLICANO NO SÉCULO XX	39
3.5 A “REVOLUÇÃO” DE 1930 E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	42
4 O DIREITO DO TRABALHO E AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	46
4.1 AS CONSTITUIÇÕES DE 1824 E 1891	48
4.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1934	49
4.3 A CONSTITUIÇÃO DE 1937: O TRABALHO COMO “DEVER SOCIAL”	55
4.4 A CONSTITUIÇÃO DE 1946	60
4.5 A CONSTITUIÇÃO DE 1967 E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 01/1969: O TRABALHO COMO “CONDIÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA”	64
4.6 A CONSTITUIÇÃO DE 1988: O “DIREITO SOCIAL” AO TRABALHO	69
5 CONCLUSÃO	79
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	81

1 INTRODUÇÃO

As bases do direito trabalhista brasileiro remetem a um período de importantes mudanças econômicas e sociais no país. Sobretudo com a expansão das atividades urbano-industriais, as relações de trabalho reclamam regulação, impondo a necessidade de uma ordem jurídica garantidora de uma segurança mínima a permitir o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

Com o crescimento econômico e o fortalecimento das instituições democráticas, o trabalho passa a ser visto sob o prisma dos direitos sociais.

Ao longo dos anos e acompanhando os diferentes sistemas constitucionais brasileiros, o trabalho converte-se em matéria de ordem pública: ingressa no texto constitucional sob o rótulo de “dever social” e se transforma, assumindo novos contornos e chegando à atualidade com *status* de princípio e de direito fundamental.

A análise do contexto histórico e do discurso que motivou a estruturação do direito do trabalho evidencia tais transformações. Parte-se, portanto, de noções sobre o capitalismo no mundo, passando pelo exame das constituições brasileiras, para chegar à compreensão de como se desenvolveram as relações de produção e o direito do trabalho em território nacional.

O tema proposto justifica-se por sua relevância para a percepção do posicionamento estatal frente às questões sociais, bem como da influência que as diferentes conjunturas socioeconômicas tiveram nas relações trabalhistas.

Considerar o direito constitucional possibilita, ainda, verificar de que forma a regulação da ordem econômica e social no país contribuiu para os projetos de industrialização e de consolidação do capitalismo.

Para o desenvolvimento do tema proposto iniciou-se pelo modo de produção capitalista na Inglaterra e pelas modificações ocorridas nas relações de trabalho, cujos efeitos se propagaram por todo o mundo. Passou-se, então, à análise das relações de trabalho no Brasil, apresentando seu contexto histórico e econômico. Na sequência, tratou-se da estruturação do direito do trabalho nas constituições brasileiras e das contemporâneas transformações dos modelos produtivos, apontando para uma tendência de flexibilização das relações de trabalho.

Nos capítulos referentes ao desenvolvimento do capitalismo, por se tratar de um tema muito abrangente, procurou-se apenas evidenciar, de forma bastante

objetiva, os principais aspectos do modo de produção capitalista, com o intuito de “dar sentido” às informações que seriam expostas em seguida.

A preocupação que se teve foi a de apresentar os conceitos utilizados ao longo do trabalho e trazer uma ideia geral sobre as etapas que resultaram na consolidação do capitalismo no mundo e no Brasil.

É importante ressaltar que quando se fala de “mundo”, quase sempre está se referindo à “Europa”, até mesmo porque a produção histórica sobre o capitalismo, em especial sobre o século XIX, é fundamentalmente eurocêntrica. Da mesma forma, ao fazer menção à Europa, normalmente se está aludindo à Inglaterra e ou à França.

Outra observação deve ser feita quanto a alguns termos utilizados ao longo do trabalho, tais como “país”, “Estado”, “burguesia”, por vezes destituídos do devido rigor técnico: convencionou-se empregá-los em sentido *lato*.

Ponha-se ressalva também quanto à dificuldade de se escapar de alguns anacronismos e generalismos, frutos dos indesejáveis – porém necessários – recortes metodológicos. Preferiu-se, por isso, falar em “ciclos econômicos”, “estruturas históricas” e “modos de produção”, já que não poderiam ser analisadas, uma a uma, as particularidades de cada tempo e lugar.

Optou-se por eleger alguns “autores-chave” para tratar de cada um dos temas, ante a evidente impossibilidade de se cotejar teorias diversas ou de contemplar muitas obras sobre um mesmo assunto, tanto em razão das limitações do objeto – já que este trabalho não é (e nem poderia ser) uma tese – quanto pela abundância de autores que versam sobre o tema. Uma pretensão diversa, sem sombra de dúvidas, tornaria infundável este estudo.

2 O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

2.1 AS ORIGENS DO CAPITALISMO

A compreensão das atuais relações de trabalho depende, necessariamente, de uma breve introdução sobre o modo de produção capitalista e sobre as mudanças econômicas ocorridas nos últimos séculos.

O significado mais óbvio e primitivo de capitalismo é, com toda certeza, aquele relacionado à obtenção de lucro e à acumulação de capital.

Tal concepção, entretanto, destaca Maurice Dobb, levaria “[...] inexoravelmente à conclusão de que quase todos os períodos da História foram capitalistas, pelo menos em certo grau”.¹

Isso porque:

O uso lucrativo do dinheiro não é coisa exclusivamente moderna. A compra de escravos na Antiguidade era presumivelmente um emprego ‘lucrativo’ de dinheiro, tanto quanto o contrato de trabalhadores assalariados hoje. O mundo clássico tinha seus agiotas, e *lucri rabies* (febre do lucro) não era pecado desconhecido para o mundo medieval.²

Fala-se, por esse motivo, em capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo financeiro, entre outras tantas formas de se referir à constante busca pelo lucro.

O significado inicialmente conferido por Marx ao capitalismo, por outro lado, como um determinado “modo de produção” pelo qual se davam as relações entre os homens, é que de fato interessará para a investigação aqui proposta, pois a ênfase nas relações de trabalho possibilita um estudo mais apurado de sua necessária regulação pelo direito.

A chave do significado atribuído por Marx ao capitalismo está no fato de não se basear unicamente na relação com o lucro, conforme destaca Dobb:

Seu pré-requisito histórico era a concentração da propriedade, dos meios de produção em mãos de uma classe, que consistia apenas numa pequena

¹ DOBB, M. H. **A evolução do capitalismo**. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. p. 8.

² DOBB, loc.cit.

parte da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho era a única fonte de subsistência [...] a existência do comércio e do empréstimo de dinheiro, bem como a presença de uma classe especializada de comerciantes ou financistas, ainda que fossem homens de posses, não basta para constituir uma sociedade capitalista. Os homens de capital, por mais ambiciosos, não bastam – seu capital tem de ser usado na sujeição do trabalho à criação da mais-valia no processo de produção.³

A concepção de Marx sobre o modo de produção capitalista, portanto, está relacionada com a organização social da produção por meio de um sistema de classes, sendo de vital importância para este estudo.

2.1.1 As relações primitivas⁴ de trabalho

A transformação do trabalho ao longo dos últimos cinco séculos, de um modo muito simplista, pode ser resumida na “passagem de uma relação caracterizada pelo *status* a outra caracterizada pelo contrato”⁵.

É evidente, porém, que a história toda das relações de trabalho não pode ser explicada por uma fórmula de tal modo reducionista. O que propõe tal afirmação, na verdade, é apenas distinguir algumas linhas acerca do tema, sem qualquer pretensão de apresentá-lo em detalhes.

Destacam-se, assim, de modo bastante sucinto, alguns elementos de diferenciação entre as formas de trabalho artesão, escravo, servil e assalariado.⁶

Um importante elemento diz respeito à relação de sujeição existente nos diferentes sistemas.

O trabalhador artesão distingue-se dos demais principalmente por sua independência e por trabalhar com seus próprios instrumentos de produção, por isso pode-se dizer que é “patrão de si mesmo”. Este sistema de trabalho pode ser encontrado em quase todas as épocas, desde a antiguidade clássica. Trabalha exclusivamente para si e para seus dependentes, tirando sua subsistência e excedentes de seu próprio trabalho e arcando com os custos de sua produção.

³ Ibid. p. 7-8

⁴ Entenda-se primitivas como precedentes ao modo de produção moderno, pré-capitalistas.

⁵ DOBB, 1983, op. cit p. 14

⁶ MARX, K. H. **Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, *passim*.

O trabalho escravo, de outro lado, era tipicamente por conta alheia, pois seus frutos competiam ao dono e não ao escravo. Este era visto como um objeto, como parte da propriedade de seu dono e seu trabalho, evidentemente, não era voluntário. Sua recompensa nada mais era que a sua própria sobrevivência.

A servidão, que existiu em diversas épocas e partes do mundo, prevaleceu durante a Idade Média, na maior parte da Europa. O servo não pertencia ao senhor, mas devia-lhe prestar serviços, por estar ligado a ele em virtude da terra.⁷

A relação com a terra, assim, é outro elemento importante dos diversos sistemas de produção. Tanto no sistema escravista quanto no servil, havia uma íntima ligação com a terra, local onde se vivia e produzia, especialmente em virtude da economia ser essencialmente agrária.

O escravo trabalhava nas terras de seu dono, do qual recebia seu sustento e também sua moradia. O servo, ao contrário, “provava a própria subsistência lavrando nesgas de terra que possuía como suas por direito consuetudinário, em troca de dedicar o resto do tempo a cultivar os campos do senhor ou a trabalhar em casa dele”⁸.

Em sua própria terra, o servo trabalhava pelo tempo necessário a garantir sua subsistência e de sua família e deste modo, quanto menor e mais produtiva fosse sua terra, mais tempo empregaria em favor de seu senhor e maior seria o excedente que o senhor extrairia de seu trabalho.

Em termos comparativos, portanto, “o valor de uma propriedade dependia do tamanho desse excedente, como o valor capital de um escravo tendia a depender (se a oferta de escravos fosse limitada) do excedente derivado de sua utilização”⁹.

Conclui-se, assim, conforme destacou Maurice Dobb, que

[...] numa sociedade predominantemente agrícola, as relações decisivas estarão ligadas à posse da terra; e posto que provavelmente a divisão de trabalho e a troca mostrar-se-ão pouco desenvolvidas, o trabalho excedente tenderá a ser executado diretamente como obrigação pessoal ou tomar a forma da entrega de certa cota de seu produto, pelo cultivador, como tributo em espécie, a um senhor. O crescimento da indústria, que acarreta a invenção de novos e variados instrumentos de produção, produzirá novas

⁷ Sobre as diferentes relações de trabalho ao longo da história: FERRARI, I; NASCIMENTO, A. M.; MARTINS FILHO, I. G. S. **História do Trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 28-46. e DELGADO, G. N. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São Paulo, LTr, 2006. p. 141-163.

⁸ DOBB, M. **Os salários**. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 15.

⁹ DOBB, loc cit.

classes e, por criar novos problemas econômicos, requererá novas formas de apropriação do trabalho excedente em benefício dos donos dos novos instrumentos de produção.¹⁰

O trabalho assalariado baseia-se em uma ideia de contrato, porque depende, em tese, da liberdade econômica do trabalhador: “[...] no regime da escravidão, o trabalhador está inteiramente sujeito ao senhor e, no da servidão, sua liberdade é rigorosamente limitada pela obrigação de prestar ao patrão determinado serviço”. No sistema de trabalho assalariado, por outro lado, “o trabalhador não está preso a nenhum desses vínculos legais”¹¹.

Diz-se em tese, porque esta liberdade econômica é, na verdade, uma construção idílica de uma relação em que o trabalhador escolheria trabalhar mediante salário, por meio de um contrato, ou independentemente, como artesão. Poderia, ainda, escolher não trabalhar.

A realidade do capitalismo, no entanto, não é a da liberdade econômica do trabalhador, mas sim a substituição da anterior limitação legal (sujeição ao senhor) por uma limitação de caráter econômico, consistente no fato de ser o trabalhador desprovido de propriedade, seja de terra ou de capital.

É por isso que Marx¹² afirma que no sistema de produção antigo, servo e escravo eram parte dos meios de produção, enquanto o camponês autônomo era dono de tais meios. O trabalhador livre, ao contrário, está completamente dissociado dos meios de produção. Nem é parte direta deles, nem é deles proprietário.

No sistema salarial, o trabalhador dispõe normalmente apenas de sua própria força de trabalho, enquanto o capitalista detém os meios de produção. “Daí que o trabalhador [...] dependa muito mais do capitalista e de maneira muito mais significativa do que o capitalista depende dele: fato esse que terá, por certo, fundamental influência no contrato salarial celebrado entre ambos”¹³.

¹⁰ DOBB, M. H., 1983, op. cit. p. 13.

¹¹ DOBB, M., 1977, op. cit. p. 16.

¹² MARX, K. H., 1982, op. cit. *passim*.

¹³ DOBB, M., 1977, op. cit. p. 19.

2.1.2 A gênese do capitalismo industrial e do trabalho assalariado

A consolidação do capitalismo teve como fundamentos o crescimento da indústria e a formação de uma classe de trabalhadores assalariados que nelas se empregavam. Este formato produtivo é caracterizado subordinação econômica do trabalhador pelo capitalista.

Sobre isso, Lipson afirma que:

[...] o traço fundamental do capitalismo é o sistema salarial, sob o qual o trabalhador não tem direito de propriedade sobre os artigos por ele fabricados: não vende os frutos de seu trabalho, mas o seu próprio trabalho – distinção essa de significação econômica vital.¹⁴

A exploração das colônias ultramarinas, os monopólios mercantis, o tráfico de escravos, a especulação comercial e a dívida pública foram fatores que contribuíram para a geração de excedentes e para o enriquecimento das classes burguesas, aliados a questões fundiárias e legais¹⁵, que possibilitaram a acumulação de capital nos séculos XVI a XVIII, na Europa. Estes processos, para Marx, configuram os métodos de “acumulação primitiva”, um meio de transferência de capital excedente da “periferia” para o “centro” do capitalismo, que possibilitou o seu crescimento industrial:

A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista... O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos.¹⁶

A classe de trabalhadores assalariados, ainda diminuta desde a segunda metade do século XIV até o século XVII, começa a se expandir na Inglaterra e, mais

¹⁴ LIPSON apud DOBB, 1983, op. cit. p. 9.

¹⁵ Tais como as decorrentes da Revolução Gloriosa e da Reforma Protestante, na Inglaterra, que possibilitaram a transferência de terras da Igreja e da Coroa a particulares.

¹⁶ MARX, K. **O capital**. Livro 1. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. v. II, p. 830 e 850.

tarde, em toda a Europa, tornando-se a regra das relações de trabalho no período pós Revolução Industrial.¹⁷

Apesar disso, as normas relativas ao trabalho assalariado já existiam desde o século XIV na Inglaterra e na França e suas principais disposições estabeleciam limitações aos valores dos salários e a proibição à associação de trabalhadores.¹⁸

Com a dissolução das vassalagens feudais aumentava o número de pessoas destituídas de posses que nem sempre encontravam na nascente manufatura um meio de subsistência. Por isso, muitos se tornavam mendigos e ladrões.¹⁹

Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem [...] A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam.²⁰

Marx destaca que o terrorismo da legislação que proibia a “vadiagem”, empregando meios cruéis de punição, submeteu a população expropriada à disciplina do trabalho assalariado. Com isso, “desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes”²¹.

Durante todo o feudalismo e mesmo com a expansão das atividades mercantilistas, tanto o trabalho como a terra eram considerados importantes elementos da ordem social e não estavam sujeitos ao comércio. A transformação da força de trabalho e da terra em mercadoria será um grande salto para o desenvolvimento do capitalismo.

Historicamente, a ideia de mercadoria sempre esteve relacionada com o produto do trabalho capaz de satisfazer uma necessidade social. A mercadoria, portanto, era a “coisa” produzida pelo trabalho, que podia ser vendida ou trocada.

O trabalho, por sua vez, não era entendido como mercadoria, pois ele mesmo não era comercializado. O significado da força de trabalho era a sua

¹⁷ DOBB, 1983, op.cit. *passim*.

¹⁸ A exemplo do Estatuto dos Trabalhadores, de 1349, na Inglaterra e na ordenança do rei João, em 1350, na França.

¹⁹ DOBB, 1983, op.cit. *passim*.

²⁰ MARX, 1988, op. cit. p. 851.

²¹ Ibid. p. 854.

capacidade de gerar valor para seu próprio possuidor, de fazer do homem um possuidor de mercadorias, na medida em que, com o seu trabalho, seria capaz de produzi-las para serem comercializadas.

Para que isso possa ocorrer, como bem observou Marx²², aquele que possui a força de trabalho deve dispor também de meios de produção e meios de vida, podendo, com isso, gerar excedentes para serem comercializados.

A formação de um proletariado destituído dos meios de produção teve como consequência direta a transformação da própria força de trabalho em mercadoria, já que sem os demais fatores de produção, a força de trabalho não teria qualquer utilidade para seu possuidor. Impedido de produzir mercadorias, se vê obrigado a alienar sua própria força de trabalho – como mercadoria – àqueles que detêm os meios de produção. O salário é, portanto, o preço que o capitalista paga pela força de trabalho do operário, apropriando-se, também do produto gerado pelo seu trabalho.²³

Este modelo torna-se a regra das relações de trabalho do novo modo de produção capitalista que estava surgindo.

Convém ressaltar, entretanto, que em praticamente toda Europa – à exceção da Inglaterra, em razão da Revolução Gloriosa ocorrida ainda no século XVII – vigorava a monarquia absoluta, cujos valores e práticas pertenciam mais ao feudalismo que aos ideais iluministas proclamados à época:

“[...] seus horizontes eram o de sua história, de sua função e de sua classe. Ela quase nunca desejou, e nunca foi capaz de atingir, a total transformação econômica e social que exigiam o progresso da economia e os grupos sociais ascendentes”.²⁴

A abolição das relações feudais na Europa Ocidental e Central só ocorreu, de fato, após a Revolução Francesa, ante a multiplicação de tensões e conflitos ocasionados pela expansão econômica, pelo desenvolvimento das colônias ultramarinas e pelos crescentes movimentos reformistas e revolucionários em todo o continente, além da rivalidade internacional, que culminava em constantes guerras.

²² Ibid. *passim*.

²³ MARX, 1988, op. cit. *passim*.

²⁴ HOBBSAWM, E. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. p. 44.

Na Inglaterra, todavia, onde a Revolução política ocorrera muito antes, as condições para a industrialização já se viam presentes nos últimos anos do século XVIII:

As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado; as manufaturas de há muito tinham-se disseminado por um interior não feudal. A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia [...] o dinheiro não só falava como governava.²⁵

Ao longo do século XVIII, a indústria algodoeira se consolidava na Inglaterra e era alimentada pelo comércio colonial e pela mão de obra escrava. Desde 1790 voltava-se prioritariamente à exportação e o monopólio inglês mantinha-se por meio das guerras e de seu domínio imperialista.

A revolução industrial pelo algodão inverteu uma equação que parecia ser perpétua: exportava-se mais para o Oriente do que se importava de lá. Os fantásticos lucros obtidos podiam facilmente financiar a expansão da indústria, que até então era pouco mecanizada, valendo-se, sobretudo, do sistema de produção “doméstico”.

Eric Hobsbawm explica como se deu o desenvolvimento da indústria europeia, ao longo do século XVIII:

[...] a principal forma de expandir a produção industrial era o chamado sistema doméstico ou do bota-fora, no qual o mercador comprava os produtos dos artesãos ou do tempo de trabalho não agrícola do campesinato, para vendê-los num mercado mais amplo. O simples crescimento deste comércio inevitavelmente criou condições rudimentares para um precoce capitalismo industrial [...] Mas o controlador-chefe destas formas descentralizadas de produção, aquele que ligava a mão-de-obra de vilarejos perdidos ou de ruelas afastadas com o mercado mundial, era uma espécie de mercador [...] o industrial típico (a palavra não havia sido inventada ainda) era nesta época um pobre gerente e não um capitão de indústria.²⁶

O autor destaca, ainda, que apesar de o “engenho” estar presente na produção do algodão e de se empregar a máquina de vapor em algumas indústrias

²⁵ Ibid. p. 54-55.

²⁶ Ibid. p. 39-40.

por volta de 1815, a mecanização era ainda pouco expressiva em outros setores. “Em 1830, a ‘indústria’ e a ‘fábrica’ no sentido moderno ainda significavam quase que exclusivamente as áreas algodoeiras do Reino Unido”²⁷.

Um crescimento realmente significativo da indústria ocorreu apenas a partir da metade do século XIX, sobretudo com a expansão das ferrovias e da mecanização. O crescimento das cidades impulsionou a mineração de carvão a partir do final do século XVI, fazendo com que, no século XVIII, a indústria do carvão já representasse um protótipo da fábrica moderna. Empregava máquinas a vapor e detinha uma capacidade de produção bastante elevada, o que viria a estimular, de forma decisiva, o investimento em transportes para escoamento da produção.²⁸

O modelo de transporte de carga sobre trilhos utilizado em pequenos trajetos nas minas de carvão foi adaptado às longas distâncias, dando origem às ferrovias, as quais possibilitariam “[...] justamente a demanda maciça que se fazia necessária para as indústrias de bens-de-capital se transformarem tão profundamente quanto a indústria algodoeira”²⁹.

Um requisito óbvio para a expansão da produção industrial é a disponibilidade de mão de obra nas áreas urbanas e, de fato, o aumento da população nas cidades já vinha ocorrendo em toda a Europa, mas a Inglaterra destacava-se, sobretudo em virtude da política dos “cercamentos”³⁰, por meio da qual centenas de milhares de camponeses foram obrigados a deixar o campo.

Além da mencionada Lei dos Cercamentos, também a Emenda à Lei dos Pobres³¹ de 1834, tornou a vida dos camponeses ingleses insuportável, obrigando-os a buscar trabalho nas cidades.

A relação com a terra, inclusive, foi um importante elemento para a passagem de um modo de produção anterior para um novo, pois a posse da terra constituía a base de independência do artesão doméstico na primeira fase do

²⁷ Ibid. p. 63.

²⁸ Ibid. p. 71.

²⁹ Ibid. p. 73.

³⁰ Política de ocupação das terras comunais e quebra dos contratos de arrendamento. As terras, que eram de uso comum durante a Idade Média, passaram a cercadas pelos proprietários, ao longo dos séc. XVII e XVIII, com o fim de intensificar a produção. Os camponeses e pequenos proprietários expulsos das terras formaram uma massa de despojados que migraram para as áreas urbanas.

³¹ As chamadas *Poor Laws* já existiam na Inglaterra desde o século XVI e tratavam de um sistema de ajuda aos pobres, que no entanto, pouco contribuiu para melhorar sua situação. Em 1834 a *Poor Law Amendment* estabeleceu uma substancial reforma no antigo sistema de assistência, impulsionando o desenvolvimento de um mercado de trabalho na Inglaterra. Sobre tais políticas, ver POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 99-127.

capitalismo. De outro lado, a classe de artesãos pobres que se expandia, destituída da posse de terra e carente de crédito, foi responsável pela crescente tendência de domínio dos meios de produção por uma classe restrita de capitalistas: “[...] os instrumentos eram certamente empenhados pelo artesão a seu empregador como garantia por um adiantamento em dinheiro”³².

Dobb afirma, ainda, que “[...] a derrubada do localismo urbano e o enfraquecimento dos monopólios das guildas artesanais é uma condição do crescimento da produção capitalista, seja na manufatura, seja na forma doméstica”.³³ Ademais, as restrições comerciais também precisavam ser reduzidas. É exatamente esse o papel assumido pelo capital mercantil na Inglaterra um pouco antes da Revolução Industrial.

É evidente, no entanto, que tudo isso só poderia ser conseguido por meio de circunstâncias econômicas e jurídicas que viabilizassem tais mudanças. Na Inglaterra isso se deu lenta e anteriormente aos demais países europeus, conforme já se destacou, mas de um modo ou de outro, toda a Europa passou por reformas políticas, econômicas e jurídicas.

Estavam presentes, portanto, todos os elementos favoráveis à Revolução Industrial, somados, ainda, aos resultados alcançados pela Revolução Agrícola ocorrida anos antes, possibilitando o abastecimento e o sustento do crescimento urbano-industrial inglês.

2.1.3 A organização da produção e do trabalho

Hobsbawm destaca que apesar da disponibilidade de mão de obra – sobretudo a partir de 1835, em virtude da fome irlandesa, que resultou em um grande contingente de emigrantes – a tarefa de recrutar trabalhadores para a indústria não era fácil, pois a maioria deles não possuía as qualificações e habilidades necessárias.

A resposta foi encontrada numa draconiana disciplina da mão-de-obra [...] mas acima de tudo na prática, sempre que possível, de se pagar tão pouco

³² DOBB, 1983, op. cit. p. 108.

³³ Ibid. p. 115.

ao operário que ele tivesse que trabalhar incansavelmente durante toda semana para obter uma renda mínima. Nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres e crianças.³⁴

Tornou-se comum utilizar o subcontrato como forma de garantir a disciplina, de modo que os trabalhadores qualificados contratassem auxiliares menos experientes. Tal modelo revelava que o sistema fabril de produção ainda não havia se consolidado e a escala de industrialização era ainda pequena.

Karl Polanyi afirma que “até o final do século XVIII, a produção industrial na Europa Ocidental era um mero acessório do comércio”³⁵.

Somente a partir do século XIX que “a classe trabalhadora começou a tomar o caráter homogêneo de um proletariado fabril”³⁶ e devido a tal circunstância, aliada à primitividade das relações de emprego, o crescimento da produtividade não foi plenamente impulsionado, caracterizando-se, ainda, pela precariedade das condições de segurança e saúde dos trabalhadores.

Até então, o mercado de trabalho encontrava-se desorganizado, a oferta de mão de obra superava a demanda e os trabalhadores permaneciam em situação de desvantagem frente aos empregadores.

O número crescente de invenções ao longo do século XIX abriram as portas para a mecanização da produção e para a consequente diminuição do trabalho humano.

Dobb ressalta, como resultado dessas transformações, que:

[...] o antigo modo de produção baseado na pequena produção do artesão individual, ainda que insistisse teimosamente em sobreviver, estava destinado ao desaparecimento. O proletariado fabril era engrossado pela fileira das classes de pequenos produtores que tinham adotado aquele pequeno modo de produção como meio de subsistência. E o abismo econômico entre a classe patronal e a de empregados, entre proprietários e não proprietários, alargou-se significativamente com a nova barreira econômica da despesa inicial necessária à construção de uma nova unidade de produção imposta contra a passagem da última para a primeira classe.³⁷

³⁴ HOBBSAWM, 2009a, op. cit. p. 80.

³⁵ POLANYI, 2000. op. cit. p. 96.

³⁶ DOBB, 1983, op. cit. p. 190.

³⁷ Ibid. p. 195.

Com relação aos investimentos necessários à nova indústria é importante considerar papel da burguesia – como Marx já havia destacado – e a mudança relativa aos fatores de produção³⁸, nas palavras de Polanyi:

Não foi o aparecimento da máquina em si mas a invenção de maquinarias e fábricas complicadas e, portanto, especializadas que mudou completamente a relação do mercador com a produção. Embora a nova organização produtiva tenha sido introduzida pelo mercador – fato esse que determinou todo o curso da transformação –, a utilização de maquinarias e fábricas especializadas implicou o desenvolvimento do sistema fabril e, com ele, ocorreu uma alteração decisiva na importância relativa do comércio e da indústria, em favor dessa última. A produção industrial deixou de ser um acessório do comércio organizado pelo mercador como proposição de compra e venda; ela envolvia agora investimentos a longo prazo, com os riscos correspondentes, e a menos que a continuidade da produção fosse garantida, com certa margem de segurança, um tal risco não seria suportável. [...] Como o sistema fabril se organizara como um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento. É verdade que eles não puderam ser transformados em mercadorias reais, pois não eram produzidos para venda no mercado. Entretanto, a ficção de serem assim produzidos tornou-se o princípio organizador da sociedade. Dos três elementos, um se destaca mais: trabalho...³⁹

O novo arranjo das relações trabalho, portanto, esteve relacionado à organização do sistema de mercado, significando mudanças na própria estruturação da sociedade.

Cabe ressaltar que desde 1795 até a Emenda à Lei dos Pobres em 1834, a Inglaterra esteve sob a política da *Speenhamland Law*⁴⁰, que proclamava o “direito de viver” e assegurava aos pobres uma renda mínima, em forma de abono, independentemente se auferissem renda de seu trabalho, desde que esta fosse inferior aos patamares fixados pela tabela adotada pelos juízes. Por esse motivo:

[...] nenhum trabalhador tinha qualquer interesse material em satisfazer seu empregador, uma vez que sua renda era a mesma qualquer que fosse seu salário... Em poucos anos a produtividade do trabalho começou a declinar até o nível do trabalho indigente, oferecendo aos empregadores mais um motivo para não elevar os salários além da tabela.⁴¹

³⁸ Adam Smith, em “A Riqueza das Nações” identificou a terra, o capital e o trabalho como os três principais (senão exclusivos) fatores de produção capazes de gerar riquezas. Diversos economistas e estudiosos ocuparam-se de investigar, criticar e reformular a teoria dos fatores de produção e, ao lado deles, Karl Marx destacou-se por sua minuciosa análise acerca do fator “capital” e pela importância dada ao fator “trabalho”.

³⁹ POLANYI, 2000, op. cit. p. 96-97.

⁴⁰ Não se tratava, em realidade, de uma Lei, pois não chegou a ser a promulgada. No entanto, vigorou na Inglaterra durante o referido período como recomendação jurisprudencial.

⁴¹ POLANYI, 2000. op. cit. p. 101.

Era evidente, portanto, que para a nova economia capitalista pudesse se estabelecer, o “direito de viver” precisava ser abolido, em prol de um sistema de salários que favorecesse a produtividade do trabalho. Assim, o Projeto de Reforma de 1832⁴² e a Emenda à Lei dos Pobres foram “pontos de partida do capitalismo moderno, porque puseram um ponto final no domínio do latifundiário benevolente e seu sistema de abono”⁴³.

Ressalte-se, porém, que a industrialização inglesa ocorreu aproximadamente meio século antes da continental e as experiências foram bastante diferentes. A industrialização do continente se deu em um período onde as novas técnicas produtivas já estavam bastante desenvolvidas e os trabalhadores não sofreram tanto o impacto da pobreza e das mudanças como na Inglaterra.

Neste sentido, Polanyi destaca que

[...] o trabalhador continental não precisava tanto de proteção contra o impacto da Revolução Industrial – num sentido social, nunca ocorreu semelhante coisa no continente – mas sim contra a ação normal das condições fabris e do mercado de trabalho. Isto ele conseguiu principalmente com a ajuda da legislação, enquanto seus camaradas britânicos confiavam mais na associação voluntária – sindicatos profissionais – e seu poder de monopolizar o trabalho... A diferença se explica através da inclinação política continental pela concessão de voto às massas trabalhadoras do continente em época comparativamente anterior.⁴⁴

Tal diferença tem uma importante implicação para o direito do trabalho. No caso continental, os métodos de proteção se deram compulsoriamente, pela legislação – o que é típico dos países do *civil law* – enquanto que na Inglaterra basearam-se principalmente na atuação do sindicalismo e das associações voluntárias, que são características importantes do *common law*.

Hobsbawm⁴⁵ assevera que a partir de 1815, em especial na Inglaterra e na França, a consciência de classe começa a se delinear, mas fora desses países ela foi praticamente inexistente quase até a metade do século XIX. O movimento trabalhista deste período, para o autor:

⁴² Preconizou o liberalismo econômico na Inglaterra, por meio de diversas medidas que eliminaram as restrições comerciais e favoreceram os interesses da burguesia.

⁴³ Ibid. p. 102.

⁴⁴ Ibid. p. 212.

⁴⁵ HOBBSAWM, 2009a. op. cit. p. 292.

[...] não foi estritamente um “movimento proletário” nem em sua composição nem em sua ideologia e programa, isto é, não foi apenas um movimento de trabalhadores fabris e industriais ou, nem mesmo, limitados a trabalhadores assalariados. Foi antes uma frente comum de todas as forças e tendências que representavam o trabalhador pobre, principalmente urbano.⁴⁶

Sua causa principal é a inspiração nos ideais da Revolução Francesa, que já se propagavam desde muito antes, encontrando, mais tarde, nas camadas de trabalhadores urbanos, o alargamento de suas fileiras.

Não se tratava, portanto, apenas do proletariado fabril, mas também de empregados domésticos, dos artesãos independentes e de tantos outros trabalhadores que, por vezes, eram politicamente mais ativos e conscientes. Não por acaso, os “[...] primeiros sindicatos eram quase invariavelmente de impressores, chapeleiros, alfaiates etc.”⁴⁷ “Essa heterogeneidade de uma força de trabalho ainda primitiva favoreceu o domínio do capital sobre o trabalho”⁴⁸.

Dobb, ao fazer referência ao conceito de “exército industrial de reserva”, formulado por Marx⁴⁹, esclarece que a condição do mercado de trabalho mais vantajosa ao capitalismo existiria:

[...] enquanto a oferta de trabalho superasse a demanda (demanda essa que, numa era de economia de trabalho marcha em velocidade menor do que aquela com que o capital se acumula) e um exército industrial de reserva continuasse a ser recrutado para exercer uma pressão decrescente e contínua sobre o preço do trabalho. Mas, na medida em que tais condições mudam, especialmente quando o trabalho se organiza para negociar coletivamente, a consequência líquida do aperfeiçoamento técnico poderá mostrar-se de todo diversa.⁵⁰

Tais condições, portanto, possibilitaram a formação de uma classe de trabalhadores assalariados que, mais tarde, começa a se organizar, dando origem ao de proletariado urbano.

⁴⁶ Ibid. p. 296.

⁴⁷ Ibid. p. 297.

⁴⁸ DOBB, 1983. op.cit. p.191.

⁴⁹ No livro 1, volume II de “O Capital”.

⁵⁰ Ibid. p. 204.

2.2 A CLASSE TRABALHADORA E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Ainda que existam registros da existência de associações de trabalhadores assalariados já nos séculos XV e XVI, representando, essencialmente, os jornaleiros e aprendizes contratados a preços irrisórios pelas guildas⁵¹, tais associações não tinham muita expressividade, sendo mais correto identificar o surgimento dos sindicatos com a crescente industrialização, a partir do século XVIII.

Embora a produção não fosse propriamente fabril, tecelões, alfaiates, chapeleiros, curtidores, já se organizavam por volta de 1720 em prol de seus interesses, mas representavam, ainda, “[...] uma ‘aristocracia’ privilegiada nos seios das fileiras da classe operária”⁵².

Os sindicatos de massa começam a se organizar a partir de 1815 na Inglaterra, apesar de suas ações serem praticamente inexistentes até 1824, em virtude dos *Anti-Combination Acts*, que proibiam a associação de trabalhadores, assim como a *Ley de Chapelier*, na França. Os sindicatos só passam a ter uma atuação significativa em 1830, com o desenvolvimento das *Trade Unions*, associações setoriais de trabalhadores e, ainda assim, até a metade do século, estiveram restritos ao território inglês.⁵³ Os movimentos obreiros que assumiram certa perspectiva política, tal como o ludismo e o cartismo⁵⁴, assim como as tentativas de emprestar às uniões sindicais caráter nacional não lograram expressivo êxito. Em toda parte os levantes de trabalhadores e os intentos revolucionários eram fortemente reprimidos.

Algumas reformas pontuais vinham sendo realizadas, sobretudo para regular o trabalho infantil na Inglaterra, desde o início do século XIX, a exemplo dos *Factories Acts*, promulgados de tempos em tempos desde 1802, a fim de limitar a

⁵¹ Neste período, a maior parte da produção era baseada no artesanato, sob o controle das guildas de ofício ou mercantis, que não se tratavam de sindicatos, mas de associação de artesãos e comerciantes que produziam e vendiam mercadorias. Os sindicatos, ao contrário, representam uma determinada classe de trabalhadores assalariados, com o objetivo de estipular condições de emprego e da venda da força de trabalho. DOBB, 1977, op. cit. *passim*.

⁵² Ibid. p. 161.

⁵³ HOBBSAWM, 2009a. op. cit. p. 279-302.

⁵⁴ O ludismo, movimento liderado pelo inglês Ned Ludhman, cujo lema era “Quebrem as máquinas”, iniciou-se em 1811, em oposição à crescente mecanização do trabalho. O cartismo, ao contrário, não teve como característica preponderante o conflito, mas sim a tentativa institucional de alcançar melhorias das condições de trabalho. Foi, portanto, um movimento marcado fortemente por seu caráter político, surgido em torno da *WorkingMen’s Association* de Londres, durante a década de 1830 na Inglaterra. Sobre tais movimentos, ver: POLANYI, K., 2000, op. cit. p. 103; 202-209

jornada de trabalho e estabelecer algumas regras quanto ao trabalho de crianças e adolescentes. Também foram introduzidas algumas medidas políticas em prol da representatividade popular, como os *Reform Acts* de 1832. O conflito entre a burguesia e proletariado vinha se acirrando, mas muito pouco se havia feito para alterar as condições de trabalho até 1848. A insatisfação dos trabalhadores ganhava força, assim como as ideias socialistas, em oposição ao liberalismo e à submissão das forças produtivas ao capital.⁵⁵

O *Manifesto do Partido Comunista* de 1848⁵⁶ é um marco da politização das classes trabalhadoras, e aquele ano ficou conhecido pelas diversas Revoluções que se sucederam. A chamada “Primavera dos Povos” teve repercussão mundial. Apesar disso, conforme concluiu Hobsbawm:

Foi, ao mesmo tempo, a mais ampla e a menos bem-sucedida revolução desse tipo. No breve período de seis meses de sua explosão, sua derrota universal era seguramente previsível; dezoito meses depois, todos os regimes que derrubara, com exceção de um, foram restaurados.⁵⁷

As revoluções de 1848, segundo o historiador, tiveram como protagonistas os trabalhadores pobres e, por isso mesmo, não obtiveram êxito nem representaram grande perigo às camadas dominantes. Serviram, antes de tudo, para posicionar definitivamente a burguesia e o proletariado em campos opostos e seu significado mais importante foi a mobilização política das classes trabalhadoras. As décadas que a sucederam, porém, estão relacionadas, ironicamente, ao triunfo do capitalismo em âmbito mundial:

[...] o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo estava transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. A história, doravante, passava a ser a história mundial.⁵⁸

As três décadas que sucederam 1848 foram marcadas por transformações nas relações internacionais e configuraram uma era de guerras. A forte industrialização produziu outras potências capitalistas. O liberalismo econômico e a

⁵⁵ HOBBSAWM, 2009a. op. cit. p. 174-175.

⁵⁶ MARX, K. H. & ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

⁵⁷ HOBBSAWM, E. **A era do capital: Europa 1848-1975**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. p. 29.

⁵⁸ Ibid. p. 77.

competição comercial entre os países estavam cada vez mais acirrados. É um período de migrações sem precedentes na história, assim como eram vastas as mobilizações de capital. Multiplicaram-se os bancos e organizaram-se os Estados-nações. Surgiram as “Associações Internacionais dos Trabalhadores”, buscando reuni-los politicamente e oferecer resistência ao capitalismo.⁵⁹

O trabalho por empreitada começa a se revelar como a melhor forma de incentivo à produção, sendo, portanto, muito vantajoso aos interesses capitalistas. As práticas corporativas do sindicalismo de tempos anteriores são superadas. Surge uma nova onda de organização sindical que buscava reunir os operários não-especializados, tidos pelos antigos sindicatos de ofícios como uma categoria inferior de trabalhadores. Dobb esclarece essa nova forma de organização:

No final do século XIX, o Trabalho se encontrava mais organizado do que em qualquer época anterior. Com o “Novo Sindicalismo”, essa organização se estendera aos operários não qualificados e, além disso, a incursão do Trabalho pelo terreno político estava prestes a inaugurar novo período de reconhecimento por parte do Estado, das negociações coletivas e os primeiros sinais modestos de um salário mínimo legal. Aproximavam-se os anos em que o movimento sindicalista iria sofrer uma expansão tanto em números quanto em poder, em moldes que nenhuma época anterior testemunhara, e atingir uma posição de influência sobre o funcionamento da indústria totalmente sem precedente, e que deve ter feito pularem em seus tímulos os industriais do ferro ou magnatas do algodão da época vitoriana, diante da visão de que uma nêtese com a qual, durante sua existência, dificilmente poderiam ter sequer sonhado.⁶⁰

Dinaura Godinho Pimentel Gomes⁶¹ destaca a importância também da Doutrina Social da Igreja Católica para o Direito do Trabalho do final do século XIX. A Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891, fala da condição da classe trabalhadora e dos excessos do capitalismo.

Por meio da Encíclica, a Igreja Católica explicitou seu posicionamento contrário ao socialismo. Ao tratar das questões econômicas e sociais, apresenta a propriedade como direito natural, fruto do trabalho humano, defendendo um consenso entre patrões e empregados, em oposição à luta de classes. Seu caráter liberal é manifestado, ainda, pela defesa à subsidiariedade da atuação do Estado frente à economia de mercado.

⁵⁹ Ibid. 19-24.

⁶⁰ DOBB, 1983, op. cit. p. 228.

⁶¹ GOMES, D. G. P. Direito do Trabalho e Dignidade da Pessoa Humana, no contexto da Globalização Econômica: Problemas e Perspectivas. São Paulo, LTr, 2005. p. 33-40.

Não apenas a Igreja Católica, mas também o protestantismo – mais tarde criticado por Max Weber⁶² – contribuiu para a ética do trabalho e para a formação da mentalidade da época.

Nada seria mais favorável aos interesses capitalistas que doutrinas baseadas na ideia de que o homem foi criado *ut operaretur*, ou seja, nasceu para trabalhar.

2.3 AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XX

Se o século XIX pode ser identificado com o triunfo do liberalismo⁶³, os anos que se avizinhavam seriam substancialmente diferentes. Hobsbawm⁶⁴ destaca quatro importantes mudanças na economia capitalista da entrada do novo século, que podem ser assim resumidas:

- I) uma nova era tecnológica, diferente das invenções e métodos da primeira Revolução Industrial, em virtude das novas fontes de energia e maquinaria baseada em novos materiais, sobretudo o ferro;
- II) economia voltada para o mercado de consumo doméstico, especialmente pelo aumento significativo da população dos países desenvolvidos no final do século XIX, dando início à produção em massa;
- III) a origem do imperialismo⁶⁵ e a passagem ao capitalismo monopolista⁶⁶;
- IV) o surgimento de um novo Estado, mais forte e intervencionista.

Polanyi explica a transição do modelo anterior para aquele novo que se aproximava:

⁶² WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁶³ O termo liberalismo assume diferentes conotações, conforme o contexto do qual se está tratando. Ao longo deste capítulo foi utilizado no sentido de uma abstenção do Estado, uma não-intervenção, sobretudo na esfera econômica.

⁶⁴ HOBBSAWM, 2009b, op. cit. p. 418-419.

⁶⁵ Processo de dominação marcado pela relação de dependência entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

⁶⁶ Fase que sucedeu o período colonialista europeu, com o predomínio do imperialismo, surgimento dos monopólios e forte concentração dos capitais.

O liberalismo econômico havia começado uma centena de anos antes, e fora enfrentado por um contra movimento protecionista que atingia, agora, o último bastião da economia de mercado. Um novo conjunto de ideias dominantes desbancava o mundo do mercado auto regulável... A livre provisão de terra, trabalho e dinheiro continuava disponível [...] Enquanto prevaleceram essas condições, nem o homem, nem a natureza, nem a organização dos negócios precisou de proteção do tipo que somente a intervenção governamental pode fornecer... O protecionismo monetário chegou em primeiro lugar [...] A ele se seguiu o protecionismo em relação ao trabalho e à terra... Os governos tiveram que responder às pressões quando o ciclo comercial deixou de corresponder e restaurar o emprego, quando as importações deixaram de produzir exportações, quando as regulamentações da reserva bancária ameaçaram os negócios com o pânico, quando os devedores estrangeiros recusaram-se a pagar. Numa emergência, a unidade da sociedade afirmou-se por intermédio da intervenção.⁶⁷

Tais mudanças, evidentemente, fizeram florescer muitas tensões nas diversas esferas institucionais daquele período. As tensões na política internacional em razão da rivalidade imperialista, culminaram em Guerras Mundiais.

A busca pelo aumento da produtividade e pelo controle efetivo da produção abre espaço aos modelos de divisão do trabalho que se propagaram pelo mundo todo. O modelo taylorista, elaborado pelo engenheiro Frederick Taylor propunha-se a controlar o tempo e os movimentos do trabalho, por meio da fragmentação de sua execução.⁶⁸

A devassa social e econômica ocasionada pela Primeira Grande Guerra abriu espaço ao desenvolvimento de governos totalitaristas em substituição às democracias liberais europeias, em oposição ao comunismo que vinha se fortalecendo, em especial a partir da Revolução Russa de 1917.⁶⁹

O Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial previu, em seu capítulo XIII, a criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Este fato deve ser compreendido no contexto econômico que o ensejou: a necessidade de reestruturação do capitalismo mundial no período pós-guerra.

Sobre tal fato, o Professor Wilson Ramos Filho, em seu livro intitulado “Direito Capitalista do Trabalho”, afirma:

Durante a guerra, os efeitos dos desequilíbrios entre os mercados restaram mascarados, mas no processo de reestruturação pós-bélico adquire

⁶⁷ POLANYI, 2000. op. cit. p. 242-243

⁶⁸ DELGADO, 2006, op. cit. 153-154.

⁶⁹ HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos**: O breve século XX (1914-1991). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 113-118.

relevância a extensão de alguns direitos conquistados no centro capitalista aos trabalhadores residentes em países consumidores de produtos industrializados, por duas razões fundamentais: para a ampliação do mercado consumidor e para desestimular a concorrência “desleal” das indústrias situadas em países que, por não garantirem direitos aos trabalhadores, conseguiram produzir bens a custos inferiores.⁷⁰

A criação da OIT, apesar de ser um importante marco do Direito do Trabalho, não trouxe significativas mudanças nas relações trabalhistas e nas condições de vida dos trabalhadores nos primeiros anos de sua existência. Os Estados Unidos sequer ratificaram o Tratado e na Europa os avanços foram bastante tímidos durante mais de duas décadas da criação da Organização.

Apesar disso, a preocupação com os direitos sociais começava a apresentar seus primeiros sinais. As constituições mexicana de 1917 e a de Weimar, de 1919 foram pioneiras ao tratar do Direito do Trabalho e assegurar algumas garantias e direitos à classe trabalhadora.

Evidentemente, tal preocupação não surgiu por acaso: ambos os países, ainda que em contextos bastante diversos, haviam passado por um período de revoluções e as concessões tiveram um caráter muito mais de pacificação social do que de efetiva valorização da classe trabalhadora.

Se a década de 1920 caracterizou-se pela expansão da produção e do consumo dos países vencedores da Guerra, em especial os Estados Unidos, a década seguinte ficaria conhecida como o período da Grande Depressão, que apesar de ter sua ocorrência relacionada a uma complexidade de causas, foi simbolizada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. A própria superprodução, incentivada, inclusive, pelos novos métodos de gestão da produção (taylorismo), ocorrida em anos anteriores, foi apontada pelos economistas⁷¹ como uma das possíveis causas da crise da década de 1930.

O período entre guerras trouxe significativas transformações na economia de todo mundo, acentuadas ainda mais após a Segunda Guerra Mundial, e o Direito do Trabalho não passou ao largo de tais transformações. A fase chamada pelos

⁷⁰ RAMOS FILHO, W. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**. São Paulo: LTr, 2012.

⁷¹ A exemplo de KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

doutrinadores⁷² de “institucionalização do direito do trabalho” teve como principal característica a sistematização das normas trabalhistas.

Esse é o período que de fato interessará para a investigação aqui proposta e que dá início ao processo de constitucionalização do direito do trabalho em diversos países.

Passa-se agora, portanto, à análise do capitalismo e das relações de trabalho no Brasil.

⁷² Conforme DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 8 ed. São Paulo: LTr, 2009. p. 91.

3 CAPITALISMO E TRABALHO NO BRASIL

O modo de produção no Brasil, até o século XIX, caracterizou-se pelo domínio colonial, em sistemas baseados predominantemente no escravismo.⁷³

Por esse motivo, ainda que em alguns períodos da história brasileira possam ser encontradas relações de trabalho semelhantes às do feudalismo, a maior parte dos estudiosos⁷⁴ rejeita a ideia de que tal modo de produção tenha existido no Brasil.

As atividades econômicas da colônia serviram, durante vários séculos, primordialmente aos interesses metropolitanos e ainda após a independência, contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo nos países europeus, possibilitando o incremento da já mencionada acumulação primitiva.⁷⁵

O próprio Marx, em “*O Capital*”, destacou a importância da exploração das colônias, do tráfico negreiro e da mão de obra escrava para a geração de lucros comerciais e, conseqüentemente, para o processo de acumulação.

A industrialização e a consolidação do capitalismo no Brasil, portanto, tiveram algumas particularidades. Primeiro, porque se desenvolveu em um período em que a Europa já vivenciava a fase monopolista do capitalismo. Segundo, porque se deu em um contexto socioeconômico derivado de um passado colonial, cujas estruturas em nada se assemelhavam com aquelas existentes na Europa feudal.

3.1 O MODO DE PRODUÇÃO NA COLÔNIA E O TRÁFICO DE ESCRAVOS

A organização da produção colonial caracterizou-se por um sistema agrícola baseado na monocultura, na grande propriedade e na mão de obra escrava. Este modelo propiciava a produção em larga escala e a geração de significativo retorno ao capital europeu aqui investido. O sucesso desse sistema dependia, assim, de sua capacidade de gerar lucros no mercado externo.⁷⁶

⁷³ PRADO JUNIOR, 1975, op. cit.

⁷⁴ Tais como Celso Furtado e Erick Hobsbawm, entre outros.

⁷⁵ FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

⁷⁶ FURTADO, 1971, op. cit. *passim*.

Como o objetivo do sistema colonial na América Latina foi sobretudo o da exploração mercantil, pouco espaço existia para atividades que fugissem a essa regra. As exceções limitavam-se a alguma cultura de subsistência ou alguma atividade que desse suporte ao modelo exportador⁷⁷. Por isso mesmo, os núcleos urbanos eram pouco significativos e o trabalho livre tinha pouca representatividade.

Conforme se destacou na seção 2.1, o capitalismo pressupõe a existência de trabalhadores “livres” para alienar sua força de trabalho. É a ficção do contrato, da qual já se tratou.

Segundo Caio Prado Junior, de um ponto de vista financeiro:

O trabalho escravo, sendo as outras circunstâncias iguais, é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido; e portanto um empate de capital. O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital, permitindo dispensá-la, a exclui. É o que se deu com o advento da indústria moderna.⁷⁸

No Brasil, todavia, o trabalho livre só ganhará reforço com a proibição do tráfico negreiro⁷⁹ (1831), quando outras relações de trabalho começam a ter maior expressividade e, sobretudo, após a abolição da escravatura, em 1888.

O tráfico de escravos já vinha sendo combatido internacionalmente desde o início do século XIX, sobretudo pela Inglaterra, pioneira na Revolução Industrial, cujos interesses econômicos – em especial a ampliação de seus mercados consumidores – sustentaram a bandeira “humanista” pelo fim do comércio negreiro.

Com a vinda da família real para o Brasil a pressão inglesa se intensificou e vários acordos foram assinados com a Inglaterra prevendo o fim do tráfico,

⁷⁷ Cabe ressaltar, todavia, que o ciclo minerador incentivou correntes migratórias para a colônia, trazendo ao Brasil homens de poucas posses, diferentemente do que ocorrera com o ciclo do açúcar, que exigia possibilidades de investimento relativamente grandes. A organização da economia mineira, portanto, diferenciava-se significativamente da economia açucareira, apesar de manter em suas bases o trabalho escravo. As possibilidades dos homens livres que dispunham de poucos recursos, entretanto, aumentaram bastante. A interiorização provocada pela busca por metais e pedras contribuiu também para o desenvolvimento das atividades pecuárias existentes no sul do país. Apesar disso, a economia mineira permanecia voltada à exportação. Sobre isso: PRADO JUNIOR., C., 1975, op. cit. e FURTADO, C. 1971, op. cit.

⁷⁸ PRADO JUNIOR. 1975, op. cit. p. 190-191.

⁷⁹ E ainda assim de modo muito restrito, pois com a proibição, o tráfico ilegal se intensificou e o contingente de negros ingressando no Brasil aumentou. A regra continuava sendo, portanto, o trabalho escravo, mesmo após a Lei Eusébio de Queiroz de 1850 e o início de alguns episódios de imigração europeia para o Brasil. Neste sentido, ver: FURTADO, C. 1971, op. cit.

sobretudo após a proclamação da Independência, fortemente apoiada pela Corte inglesa.

Celso Furtado explica a situação econômica e política pré-independência:

[...] a economia luso-brasileira do século XVIII se configurava como uma articulação – e articulação fundamental – do sistema econômico em mais rápida expansão na época, ou seja, a economia inglesa... A Inglaterra já havia, sem embargo, entrado em plena revolução industrial... O problema fundamental da Inglaterra passa a ser a abertura dos grandes mercados europeus para as suas manufaturas, e com esse fim tornava-se indispensável eliminar ataduras da era mercantilista... A independência, se do ponto de vista militar constituiu uma operação simples, do ponto de vista diplomático exigiu um grande esforço... Se se interpretasse a independência do Brasil como um ato de agressão a Portugal, a Inglaterra estava obrigada a vir em socorro de seu aliado agredido... O que importava era garantir junto ao novo governo brasileiro a continuidade dos privilégios conseguidos sobre a colônia. Assim, de uma posição excepcionalmente forte, pôde o governo inglês negociar o reconhecimento da independência da América portuguesa.⁸⁰

Ainda que o comércio de escravos tenha ocorrido de forma bastante intensa até 1850, várias áreas de abastecimento foram bloqueadas e muitos navios apreendidos. O preço dos escravos aumentou significativamente e o tráfico ilegal ampliou-se sobremaneira.

Deste modo, o fim do tráfico de escravos para o Brasil só ocorrerá de forma mais significativa após a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, como consequência não apenas de fatores externos, mas também internos. Neste estágio, já existia certo interesse e poder das autoridades brasileiras em fazer cumprir tal proibição. A manutenção do tráfico perdurou, portanto, pelo tempo necessário até que pudesse ser definitivamente abolido.⁸¹

3.2 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

A obra de Ademir Gebara⁸² esclarece alguns aspectos econômicos da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, destacando a importância da legislação do período. A abolição do tráfico não significou a imediata

⁸⁰ FURTADO, 1971, op. cit. p. 34-37.

⁸¹ Idem.

⁸² GEBARA, A. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil** (1871-1888). São Paulo: Brasiliense, 1986. As informações acerca das leis citadas neste capítulo são, em sua maioria, baseadas na obra deste autor, bem como na obra de José de Souza Martins: MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. São Paulo : Lech, 1981.

extinção do trabalho escravo em solo brasileiro e, de fato, este perdurou ainda por várias décadas. É inegável, todavia, que com interrupção da principal fonte de fornecimento de mão de obra, o sistema escravista tenderia a acabar, considerando-se, ainda, o crescimento vegetativo negativo dos escravos.

O desvio de mão de obra escrava de uma região para outra, sobretudo em função da ascensão do café, começava a gerar polêmica, sendo fortemente combatido. As ideias emancipacionistas ganharam cada vez mais adeptos.

Até então a questão agrária não era uma grande preocupação, pois o sistema produtivo ainda estava baseado no trabalho escravo e na livre apropriação de terras⁸³. A terra sem trabalhadores não tinha significativo valor nesse sistema produtivo.

A discussão acerca do fim do tráfico colocou em questão as alternativas para suprimento da mão de obra e de imobilização de capital, já que o comércio de escravos se extinguiria. A terra passa, assim, a ocupar a atenção das elites dominantes e seus interesses na transição do trabalho escravo para o trabalho livre ficariam evidentes com a promulgação da Lei de Terras⁸⁴ ainda em 1850.

O pensamento de José de Souza Martins⁸⁵, neste sentido, é o de que a legitimação dos direitos de propriedade foi a saída para a transformação da terra em mercadoria e para a criação de novas condições de trabalho subordinado. Além disso, a terra poderia substituir o escravo como garantia imobiliária nas operações de crédito.

Em um primeiro momento, porém, a lei não teve grande aplicabilidade, pois a maior parte da produção ainda se valia do trabalho escravo e a imigração estrangeira só se intensificou na década de 1880⁸⁶. Apesar de não conseguir impedir a apropriação territorial pela posse, a lei serviu de base para a regularização da propriedade fundiária e para a não democratização do acesso à terra, o que

⁸³ Com a abolição das sesmarias em 1822, a principal forma de aquisição fundiária passou a ser a posse.

⁸⁴ Dispunha sobre as terras devolutas do Império e sua cessão a título oneroso. Prevvia também ao incentivo à imigração de colonos livres pelo governo, para serem empregados em estabelecimentos agrícolas. Nunca foi expressamente revogada.

⁸⁵ MARTINS, J. S. , 1981, op. cit.

⁸⁶ Apesar de algumas correntes migratórias terem ocorrido antes disso e coexistirem nas lavouras de café mão de obra escrava e livre, tal modelo tornou-se impraticável, contribuindo para o descrédito da escravidão.

perdurou por muitos anos, garantindo, assim, a sua adaptação aos interesses da elite agrária.

As ideias abolicionistas começavam a se difundir e, com isso, proliferavam as disputas até mesmo no interior das classes proprietárias. Os mais conservadores entendiam a abolição da escravidão como uma afronta ao direito de propriedade, enquanto outros defendiam a transição para o trabalho livre.

Assim, a Lei do Ventre Livre⁸⁷ de 1871 foi uma tentativa de implantar uma gradual transição, adiando por alguns anos a discussão sobre a libertação dos escravos, ao mesmo tempo que possibilitava ao Estado e aos proprietários de terra manterem o controle sobre os libertos.

De qualquer maneira, a busca por novas fontes de mão de obra e de relações de trabalho se tornava cada vez mais lugar comum e a Lei de Locação e Serviços de 1879 ilustrou bem esse período. Ela visava atrair imigrantes e regular as relações de trabalho que não estavam cobertas pela Lei do Ventre Livre.

Deste modo, conforme salientou Ademir Gebara, a partir deste momento,

[...] todas as relações de trabalho no Brasil passam a ser reguladas por lei – escravos, pela Lei do Ventre Livre; trabalhadores agrícolas brasileiros e imigrantes, pela Lei de Locação de Serviços de 1879; trabalhadores não empregados em serviços agrícolas, pelo Código Comercial e, parcialmente, pelas ordenações, como previamente ocorria. Mais importante que a identificação de diferenças formais entre os trabalhadores urbanos e rurais, é o fato de que as relações de trabalho estão, desde então, cobertas pela legislação, inclusive os escravos.⁸⁸

Apesar disso, o modelo de transição baseado em contrato de serviços encontrava resistências sobretudo por parte dos fazendeiros paulistas, que viam na imigração subvencionada pelo Estado a alternativa que mais atenderia a seus interesses. A Lei de Locação e Serviços acabou revogada em 1890.

A Lei dos Sexagenários⁸⁹ de 1885 foi mais uma das etapas para a gradativa abolição, de modo a não prejudicar a lavoura.

⁸⁷ Concedia liberdade aos filhos de escravos nascidos após a sua promulgação. Os beneficiados pela lei ficavam sob a tutela do proprietário de escravo até completar a maioridade (21 anos). Os menores eram chamados ingênuos e acabavam sendo explorados como escravos pelos proprietários enquanto estavam sob sua tutela.

⁸⁸ GEBARA, A., 1986, op. cit. p. 90.

⁸⁹ Libertava os escravos com mais de 60 anos, mediante a obrigação de prestarem serviço a seus proprietários pelo período de 3 anos. Apesar de prever indenização aos proprietários, não há notícia de que tal providência tenha sido efetivada.

O dinamismo da produção cafeeira e a influência cada vez mais expressiva de seus representantes na esfera política começavam a traçar os rumos para a solução da crise de mão de obra no país.

Os conflitos que vinham ocorrendo na Europa em virtude das guerras, bem como a crescente industrialização que expulsava o trabalhador do campo foram fatores que, aliados ao incentivo do governo brasileiro, fomentaram a imigração de europeus para o Brasil. Na década de 1850 já se viam algumas correntes migratórias⁹⁰ ingressando no país, mas é sobretudo com a política de captação de “braços para a lavoura” a partir de 1870 que se intensifica a entrada de imigrantes.

Caio Prado Junior esclarece que:

Este processo de recrutamento e fixação dos imigrantes passou a ser denominado “imigração subvencionada”, reservando-se o nome de “colonização” ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos... A “imigração” tem naturalmente a preferência dos maiores e mais diretos interessados: os proprietários necessitados de braços... O sistema de “colonização” terá mais sucesso no extremo sul do país [...] e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nestes casos da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura... De um lado os proprietários, já com dificuldades muito maiores de mão de obra, e contando cada vez menos com outros recursos além do imigrante europeu, procurarão ter com ele mais considerações e tratá-lo de acordo com sua condição de homem livre. Mais tarde, aliás, começará também a intervir uma legislação protetora que assegurará algumas garantias e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Doutro lado, o abandono do sistema de parceria e a adoção do salariado afastou [...] uma das principais causas de atritos e desentendimentos.⁹¹

O trabalho livre, todavia, já era velho conhecido dos fazendeiros brasileiros mesmo antes da abolição da escravidão⁹². Muitos escravos que já haviam conseguido alforria, muito embora fossem legalmente livres, permaneciam atados, por sua dependência, aos antigos proprietários. Eram conhecidos como “agregados”. Mesmo mais tarde, com a abolição da escravidão, as relações de sujeição e exploração permaneceram vivas, pois aos libertos não fora dada a

⁹⁰ A exemplo daquelas trazidas pelo Senador Vergueiro para suas fazendas em São Paulo, sob o sistema de parceria que, no entanto, foi muito criticado pela situação precária a que era exposto o colono. Sobre isso: FURTADO, 1971, op. cit. p. 126.

⁹¹ PRADO JUNIOR, 1975, op cit. p. 206.

⁹² É evidente, entretanto, que existia uma variedade de relações de trabalho mesmo que o regime escravista dominasse a produção agrícola. Existiam trabalhadores urbanos e um grande número de funcionários da Coroa (e depois do Império) que não se submetiam ao mesmo regime de trabalho das fazendas. Eram em sua maioria funcionários públicos e assalariados, no entanto sua função era geralmente de caráter administrativo e não servia como paradigma para o modo de produção agroexportador.

condição essencial de sua emancipação. A propriedade permaneceria sob o domínio das oligarquias.

Sobre as diferenças entre os trabalhadores “livres”, José de Souza Martins afirma:

O trabalho livre gerado pela crise do cativo diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas, diferia na medida, em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária.⁹³

Após a abolição da escravatura ocorrida em Cuba em 1886, somente Brasil mantinha a escravidão na América. O movimento crescia também com o desenvolvimento urbano⁹⁴ e sua significativa expressão social encontrava-se favorecida pela conjuntura da época. A partir de 1885 multiplicaram-se as fugas de escravos e proibiram-se as penas corporais. O Exército deixou de apoiar a captura de fugitivos. A essa altura, a maior parte das fazendas de café do sudeste contavam quase que exclusivamente com trabalhadores livres⁹⁵.

Em 1888 a Lei Áurea finalmente aboliu a escravatura no Brasil. Abriam-se as portas para um novo modo de acumulação no país que, no entanto, somente após muitos anos resultaria na expansão do capitalismo em solo brasileiro.

3.3 A CRESCENTE URBANIZAÇÃO E OS SURTOS INDUSTRIAIS

Caio Prado Junior⁹⁶ e Celso Furtado⁹⁷, esclarecem, em suas obras, como ocorreu o processo de urbanização no país e a instalação das primeiras indústrias.

⁹³ MARTINS, J. S.. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 12.

⁹⁴ Apesar disso era comum o emprego de mão de obra escrava até mesmo para a construção de obras públicas, como destaca Maria Lúcia Lamounier em seu artigo “Entre a Escravidão e o Trabalho Livre. Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX. In: **Economia**, Selecta, Brasília, v.9, n.4, p.215–245, dezembro 2008. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215_245.pdf

⁹⁵ PRADO JUNIOR, 1975, op. cit. *passim*.

⁹⁶ Idem.

Para o primeiro, paralelamente ao maciço ingresso de imigrantes no final do século XIX, o Brasil vivenciou um ávido crescimento urbano, acompanhado, por vezes, de surtos industriais.

É verdade que desde 1808, com a vinda da família real para o Brasil, já se via o crescimento das cidades⁹⁸, sobretudo do Rio de Janeiro, onde se instalaram muitas famílias que acompanhavam a Corte.

No mesmo ano, o Príncipe Regente suspendeu o alvará que desde 1795 proibia as atividades fabris no Brasil⁹⁹. A eficácia de tal medida, no entanto, ficou restrita pelos tratados de comércio assinados em favor da Inglaterra nos anos seguintes, os quais representaram o fim do monopólio colonial mas, por outro lado, favoreceram o ingresso de mercadorias inglesas, por meio de um regime tributário mais benéfico à Inglaterra.

Somente a partir da segunda metade do século XIX as cidades passaram a ter maior importância e algumas indústrias começaram a ser instaladas. O aparelhamento e modernização das cidades coincide com o desenvolvimento da lavoura cafeeira. Como a economia estava ainda fortemente vinculada à produção agrícola para exportação, o que se viu neste período foi unicamente um surto industrial e não propriamente um desenvolvimento da indústria no país. O capital inglês e o norte-americano tiveram significativa importância para o aparelhamento das cidades, que receberam iluminação, transporte e redes de comunicação.

Tais empreendimentos foram estimulados pela especulação originada dos capitais liberados pela proibição do tráfico de escravos e pela inflação de crédito e emissão de moeda. Caio Prado Junior faz um balanço deste surto industrial:

No decênio posterior a 1850 [...] fundam-se 62 empresas industriais, quatorze bancos, três caixas econômicas, vinte companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, quatro de colonização, oito de mineração, três de transporte urbano, duas de gás, e finalmente oito estradas de ferro.¹⁰⁰

⁹⁷ FURTADO, 1971, op. cit. *passim*,

⁹⁸ Muitas cidades foram criadas com o ciclo da mineração, mas não houve um processo de urbanização continuado. Com o esgotamento dos recursos naturais, os centros eram abandonados. A cidades portuárias é que normalmente mantinham um ritmo de crescimento, por motivos óbvios.

⁹⁹ Tal alvará justificava-se no contexto do monopólio exercido pela Coroa sobre as atividades produtivas da colônia, tendo sido expedido por D. Maria I.

¹⁰⁰ PRADO JUNIOR, 1975, op.cit. p. 209.

Na década de 1870 iniciou-se um novo surto industrial, com o surgimento de fábricas de papéis, chapéus, velas, bebidas e o aumento da produção têxtil. Artefatos de ferro e madeira também passaram a ser fabricados, mas a indústria era ainda um setor de diminuta importância na economia brasileira.

Celso Furtado¹⁰¹ salienta que nas últimas décadas do século XIX os desequilíbrios entre as regiões do país começaram a se acentuar. Desde a organização social, passando pelas atividades econômicas desenvolvidas, até a forma de trabalho e o modelo de propriedade predominante em cada região constituíam uma diversidade de interesses que pareciam distanciá-las ainda mais.

O governo imperial já não era capaz de lidar de forma adequada com essas novas demandas:

As necessidades de ação administrativa no campo dos serviços públicos, da educação e da saúde, da formação profissional, da organização bancária, etc., no sul do país são cada vez maiores. O governo imperial, entretanto, em cuja política e administração pesam homens ligados aos velhos interesses escravistas, apresentava escassa sensibilidade com respeito a esses novos problemas. A proclamação da República em 1889 toma, em consequência, a forma de um movimento de reivindicação da autonomia regional.¹⁰²

A conjuntura dos últimos anos do governo imperial, portanto, não atendiam aos anseios das novas elites que começavam a se formar, as quais estavam mais alinhadas aos ideais republicanos do que à tradicional mentalidade monarquista. A proclamação da República tornou-se, assim, inevitável.

3.4 O BRASIL REPUBLICANO NO SÉCULO XX

Alguns autores costumam identificar a chamada República Velha com um período de “transição capitalista”¹⁰³, pois neste interregno que vai da Proclamação até a Revolução de 1930 não existia ainda a predominância do capitalismo industrial e a indústria estava adstrita aos bens de consumo não-duráveis, embora em franca

¹⁰¹ FURTADO, 1971. op. cit. *passim*

¹⁰² FURTADO, 1971. op. cit. p. 171.

¹⁰³ A exemplo de Florestan Fernandes, em sua obra “Revolução burguesa no Brasil e Pedro Cezar Dutra Fonseca em “Vargas: o capitalismo em construção”.

expansão. A atividade predominante permanecia a agroexportadora, com distintas relações de produção, sob o domínio do capital mercantil.

Ressalte-se, entretanto, que a “transição capitalista” ocorrida no Brasil, conforme assevera Pedro Cezar Dutra Fonseca, não se deu por meio de

[...] uma ruptura brusca que ensejasse tais transformações, aos moldes clássicos de revolução “burguesa” ou “social”. As mudanças deram-se sem alterar a estrutura fundiária, e a questão da propriedade foi mencionada apenas dentro de estreitos limites. As desigualdades regionais persistiram, e até se aprofundaram. Não se conheceu, por outro lado, uma democratização do poder, que na Europa acompanhou o desenvolvimento do capitalismo: ao contrário, é nesta instância, a política, na qual parece a continuidade ser mais evidente. Do mesmo modo que continuaram a concentração de renda e da riqueza, a estreiteza relativa do mercado interno, a miséria absoluta e a *excludência*, uma vez que grande parte da população nem participa do mercado, seja como consumidora ou como vendedora de sua força de trabalho.¹⁰⁴

De fato, a implantação da República não significou uma transição de regime capaz de alterar a situação dos trabalhadores e das camadas mais expressivas da população. A maior parte era composta ainda por trabalhadores do campo, destituídos de propriedade.

No sertão nordestino, os sertanejos foram vítimas das constantes secas e as revoltas dos cangaceiros multiplicaram-se. Com a instituição do regime republicano, representado pelo poder da oligarquia cafeeira, acentuaram-se cada vez mais as diferenças regionais no país¹⁰⁵.

Já nos primeiros anos da República puderam ser sentidas as perturbações daquela antiga ordem econômica baseada na exportação de gêneros agrícolas. Também a organização do trabalho revelou-se frágil naquele modelo de produção:

[...] ela revelará um dos mais fortes elementos de desintegração da estrutura básica daquele sistema: a grande propriedade agrária. A adaptação do trabalhador livre ao regime da grande lavoura não se mostrará fácil... O trabalhador livre não estará, como o escravo, preso a seu empregador e obrigado, por isso, a sofrer passivamente todas as vicissitudes da exploração do seu trabalho... Ainda sob outro aspecto o trabalho livre comprometerá o sistema da grande lavoura. É que substitui à subordinação passiva do antigo escravo uma luta permanente por direitos e reivindicações que afeta muito seriamente a normalidade das relações de trabalho.¹⁰⁶

¹⁰⁴ FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 25.

¹⁰⁵ FURTADO, 1971, op. cit. *passim*.

¹⁰⁶ PRADO JUNIOR, 1975, op.cit. p. 233-234.

A situação financeira ocasionada pela política emissora de moeda e pela especulação dela derivada trouxe graves consequências para as contas públicas. O café sentiu o impacto das sucessivas crises.

Paralelamente, eclodiu a Primeira Grande Guerra e intensificou-se o imperialismo das grandes potências.

Nesse contexto fundaram-se as bases do capitalismo brasileiro, um capitalismo *sui generis*, conforme assinalou Pedro Cezar Dutra Fonseca:

Não de um “capitalismo em geral”, *embora capitalismo*, mas dependente, num país de passado colonial e que teve sua formação já na fase monopolista. Nele nem a burguesia conquistou o poder através de uma revolução “nacional e democrática”, nem as formas pretéritas de organização da produção extinguíram-se... Aqui nem as barreiras eram feudais, o que daria sentido ao liberalismo econômico, nem se tratava da busca do fim de uma classe social: contestava-se o poder político dominante em nível nacional de uma fração da classe burguesa, a burguesia cafeicultora paulista, mas não a base econômica de sua dominação (como seria o caso da propriedade da terra). A palavra de ordem não foi eliminá-la, mas inclusive, se possível, incluí-la em novo pacto de poder... Com isso passava a haver correspondência política e ideológica ao que já se verificava claramente no nível econômico na década de 1920: a perda da dinamicidade do café, o qual começava a exigir crescente participação estatal para evitar ou amenizar crises periódicas.¹⁰⁷

O Brasil ingressou na nova ordem imperialista sem grandes modificações em sua estrutura econômica, que continuou voltada à produção de gêneros para exportação.

As circunstâncias do novo século, no entanto, mostraram-se incompatíveis com o sistema produtivo que por tradição consolidara-se no país: a ampliação de um mercado interno e, conseqüentemente, do consumo, o crescimento da população e o progresso tecnológico foram fatores que condicionaram o desequilíbrio financeiro do Brasil, ante a falta de aparelhamento do sistema produtivo para atender as demandas internas, que precisavam ser supridas quase sempre pelas importações.¹⁰⁸

Se em um primeiro momento a Primeira Guerra Mundial deu certo impulso à produção nacional, em virtude das dificuldades em se abastecer o país com produtos do exterior, o período que a sucedeu estimulou novamente as exportações, mas tal estímulo restringiu-se a um exíguo período.

¹⁰⁷ FONSECA, 1999. op cit. p. 29-30.

¹⁰⁸ FURTADO, 1971, op. cit.

Para Celso Furtado, as políticas de defesa do setor cafeeiro acabaram por criar, involuntariamente,

[...] uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação do capital. A precária situação da economia cafeeira [...] afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam... Boa parte desses capitais, não há dúvida, a própria agricultura de exportação se encarregou de absorvê-los em outros setores, particularmente o do algodão... Contudo, o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno... As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvestiam no setor de exportação.¹⁰⁹

A crise mundial iniciada em 1929 teve, deste modo, um importante significado para o Brasil. Se por um lado representou uma verdadeira catástrofe para a produção cafeeira, que desde 1925 já ultrapassava largamente o que se conseguia exportar, por outro significou o início de um novo rumo para a economia brasileira, com a organização da produção e do mercado interno.¹¹⁰

3.5 A “REVOLUÇÃO” DE 1930 E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Não se pretende discutir aqui se os anos de 1930 representaram ou não uma “revolução” e se esta teve ou não um caráter de “revolução burguesa”. O que interessa de fato – e que representa um ponto de concordância entre os diversos autores que debatem tais questões – é a convergência de forças políticas e econômicas existentes neste período, que possibilitou ao país ingressar em um novo tipo de desenvolvimento capitalista.

Passou-se ao modelo de “substituição de importações”, como costumam chamar os economistas, em contraposição ao “modelo agroexportador”, que o sucedera.

¹⁰⁹ Ibid. p. 197-198.

¹¹⁰ Ibid. passim.

O cenário político não era menos favorável à mudança: a política do “café-com-leite”¹¹¹ que vinha perdurando desde 1894 fora desarticulada com a indicação de um paulista, Julio Prestes, em lugar do sucessor mineiro. Em oposição, formou-se a Aliança Liberal encabeçada pelo gaúcho Getúlio Vargas.

No mesmo período, disseminavam-se ideias comunistas e anarquistas, eclodiam revoltas no interior do exército e constantemente apelava-se à decretação de estado de sítio. A inquietação das oligarquias e a agitação popular serviram de pretexto à pretensa “revolução”. O assassinato do candidato a vice de Getúlio, João Pessoa, contribuiu para a sua eclosão. Mesmo com a vitória de Júlio Prestes, instalou-se o Governo Provisório, sob a presidência de Vargas.¹¹²

No período de 1930 a 1937 já se espalhavam críticas ao capitalismo liberal e se fortaleciam os regimes fascistas. No Brasil,

[...] ao Estado Nacional coube executar uma política centralizadora, assegurando mudanças institucionais de relevância para que o novo padrão de crescimento fosse capaz de impor-se e reproduzir-se (abolição de impostos interestaduais, controle de câmbio, legislação trabalhista, reforma educacional, legislação sobre as riquezas minerais e, eventualmente, entrar diretamente na produção de alguns bens essenciais, como a siderurgia). Estas medidas, todas implementadas pelo governo federal após 1930, mostram, de um lado, a convergência entre o pensamento autoritário e as decisões do governo e, de outro, a relação entre ambos e a constituição da nova ordem capitalista.¹¹³

Pedro Cézar Dutra Fonseca esclarece, com isso, que a década de 1930 representou um grande salto na produção industrial, que dependeu também da adoção de medidas que a favorecessem, por parte do governo.

Essa, aliás, foi uma das principais bandeiras sustentadas por Vargas. O tema da industrialização era constante em seus discursos, representando, para ele, um meio de se alcançar a autonomia nacional.

O crescimento industrial a partir dos anos 1930 apontava para a subordinação das atividades agrícolas à indústria, como consequência do desenvolvimento capitalista no país, ao contrário do que outrora se via. Isso foi possível, na explicação do mesmo autor, porque

¹¹¹ Foi assim batizado o período em que se revezavam no poder políticos paulistas e mineiros, que representavam as oligarquias dos dois estados com maior vigor econômico e eleitoral do país. O nome faz alusão aos principais produtos dos estados, o café e o leite.

¹¹² FONSECA, 1999, op. cit, *passim*.

¹¹³ FONSECA, 1999. op cit. p. 191.

[...] a substituição das importações não se referiu apenas aos bens de consumo devido à queda da capacidade de importar: a produção crescente de insumos básicos e materiais pesados, a taxas sem paralelos e concentradamente no tempo, é um marco da recuperação dos anos 30, característica do novo tipo de desenvolvimento capitalista que então se iniciava. Somente entre 1932 e 1937 a produção física de ferro gusa aumentou 240%, a de aço em lingotes 123% e a de laminados 142%, enquanto o consumo aparente de cimento cresceu 110%. No período de 1933-1939 a indústria de cimento supriu cerca de 85% do consumo interno.¹¹⁴

Os dados reunidos por Eli Diniz¹¹⁵, revelam que em 1940 existiam cerca de 50 mil estabelecimentos industriais no Brasil, sendo que aproximadamente 35 mil haviam sido criados após 1930. A participação da indústria no produto físico global, a preços correntes, cresceu de 21% em 1919 para 43% em 1939, e seu ritmo de crescimento anual de 1933 a 1939 foi de 11,4%, contra aproximadamente 2% de crescimento da atividade agrícola. Com isso, o valor da produção da indústria começou, a partir de 1934, a suplantá-la o da agricultura.

Formava-se, assim, uma massa de trabalhadores urbanos e assalariados que serviriam de mão de obra à crescente indústria brasileira nas primeiras décadas do século XX. As estatísticas do IBGE¹¹⁶ denunciam que em 1939 mais de 850 mil pessoas trabalhavam nas indústrias.

O crescimento do operariado ao longo dos anos 1920 e 1930 foi acompanhado também pelos movimentos dos trabalhadores e por suas tentativas de se organizarem em prol de melhores condições de trabalho e maior participação política. Desde o início do século, no entanto, as greves já eram frequentes, sobretudo nas cidades onde o contingente de operários era maior.

Segundo afirma Wilson Ramos Filho¹¹⁷, até 1920 o movimento operário brasileiro estava marcado pela forte oposição à institucionalização e à regulação das relações de trabalho por meio de normas jurídicas, especialmente devido à ideologia anarquista que o caracterizou. Os movimentos operários deste período foram

¹¹⁴ Ibid. p. 204.

¹¹⁵ DINIZ, E. **O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes**. In: BORIS, F. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1986. p. 89-90.

¹¹⁶ IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

¹¹⁷ RAMOS FILHO, 2012. op. cit. p. 75.

fortemente reprimidos e a questão operária era tratada à época como uma “questão de polícia”¹¹⁸.

Na década de 1920 esta situação começa a se alterar, com o fortalecimento das ideias comunistas e a participação da classe operária nas discussões políticas do país. Os movimentos operários reivindicavam uma série de direitos aos trabalhadores que deveriam ser instituídos por lei, como se via, por exemplo, nas plataformas políticas do Partido Comunista do Brasil e do Bloco Operário.

¹¹⁸ Estas, inclusive, eram as palavras do próprio presidente Washington Luiz em seus discursos.

4 O DIREITO DO TRABALHO E AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Nos primeiros capítulos deste trabalho tratou-se dos aspectos históricos e econômicos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Passa-se agora ao estudo dos aspectos jurídicos deste processo, com ênfase nas relações de trabalho, que, consoante já salientado, representam o fundamento do modo de produção capitalista, segundo a concepção aqui adotada.

A importância do marco regulatório para as relações sociais é destacada por Marx, por meio de seu conceito de “superestrutura”:

na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual.¹¹⁹

Desse mesmo modo, o direito do trabalho serve à regulação das relações trabalhistas de forma a possibilitar a implantação hegemônica de um determinado modo de produção.

Wilson Ramos Filho afirma, sobre tal regulação, que:

Por intermédio do Direito, as sociedades capitalistas foram ordenadas de tal modo que a todos os indivíduos fosse assegurada a *liberdade de trabalhar*, inexistente no sistema anterior... A regulação pelo Direito, seja o direito previsto pelo contrato, seja o estabelecido por norma heterônoma, é que vai organizar a compra e venda da força de trabalho, organizando a sociedade de uma determinada maneira, restando claro que tal regulação será mais protetora da classe que compra o trabalho quanto menor for a capacidade de resistência da classe que vende a força de trabalho em relação àquela.¹²⁰

O direito do trabalho – ou “Direito Capitalista do Trabalho”, para o mesmo autor – é, assim, o ramo do direito que se encarrega de regular as condições de alienação da mercadoria “força de trabalho”¹²¹.

¹¹⁹ MARX, 1982, op.cit. .p. 25.

¹²⁰ RAMOS FILHO, 2012, op. cit. p. 22-23.

¹²¹ Ibid. loc. cit.

A ficção da liberdade de contratar, típica de uma ordem jurídica liberal, mostrou-se incapaz de garantir o desenvolvimento econômico e a legitimidade do capitalismo, fazendo surgir uma ordem jurídica marcada por certo intervencionismo estatal, como mecanismo de equilíbrio entre forças que se contrapõe em franca desigualdade.

Seu objeto, portanto, é o trabalho produtivo, formalmente livre e majoritariamente assalariado e sua missão é a de “*pacificador e conservador* a um só tempo, por cumprir uma determinada *funcionalidade* em cada sociedade historicamente considerada”¹²².

Se o direito do trabalho destina-se a viabilizar um determinado modo de produção, o qual, por sua vez, serve como base à ordem econômica e social, nada mais certo que seja considerado como de interesse público ou, melhor dizendo, como questão de ordem pública. Não é por outro motivo, portanto, que as relações de trabalho, no Estado Moderno, assumiram *status* constitucional.

Bobbio, em seus “Estudos sobre Hegel”¹²³, conclui que a garantia da existência de uma Constituição é ter em sua base o “espírito do povo”. Seu processo de construção histórico e político está permeado de cultura, aspirações e valores de uma determinada sociedade.

O exame do direito constitucional do trabalho revela-se, deste modo, de fundamental importância para este estudo, servindo, ao mesmo tempo, como método e como objeto de investigação.

São apresentadas, a seguir, as fases constitucionais do direito do trabalho brasileiro, que estiveram profundamente relacionadas com a consolidação do modo de produção capitalista no país.¹²⁴

¹²² Ibid. p. 94.

¹²³ BOBBIO, N. **Estudos sobre Hegel**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

¹²⁴ A legislação apresentada nos capítulos seguintes foi consultada no site da Presidência da República, disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

4.1 AS CONSTITUIÇÕES DE 1824 E 1891

A Constituição Política do Império do Brasil, de 1824 e a Constituição Republicana de 1891 não apresentam grande relevância para o estudo aqui proposto, que versa sobre a introdução do modo de produção capitalista no Brasil.

Tais normas, de um período em que o capitalismo ainda não se encontrava bem delineado no país, não se ocupavam propriamente de regular as relações de produção, mas sim de assegurar a liberdade de exercício do trabalho.

O que é importante destacar da primeira delas é sua pretensão de ser liberal, eliminando restrições à atividade econômica e incluindo em seu texto um rol de direitos dos cidadãos, de inspiração francesa. Apesar de tal inspiração, a Constituição imperial tratou, na realidade, de centralizar o poder nas mãos do imperador e consolidar a ordem social escravocrata que já vigia no país.

Quanto à segunda, recebeu forte influência da Constituição norte-americana, refletindo mais fortemente o ideário liberal da época. Destaca-se apenas o fato de ter estendido a liberdade também às associações de pessoas.

Apesar de encontrar poucas referências no texto constitucional de ambos os períodos, o trabalho já vinha se tornando objeto de várias leis que procuravam regulamentar algumas questões trabalhistas.

O Decreto nº 1.313/1891 estabelecia medidas de fiscalização das fábricas que empregavam menores de idade, limitando sua jornada de trabalho. A resistência dos empresários, no entanto, impossibilitou que as medidas fossem efetivamente implementadas.

Uma série de normas de matéria previdenciária foi implantada desde o início do século XIX, que culminou, em 1919, na lei que tornava obrigatório o seguro contra acidentes de trabalho para algumas atividades.

Em 1923, foi apresentado no Congresso Nacional um projeto de “Código do Trabalho”, que enfrentou resistências da classe patronal e acabou não sendo aprovado.

As leis mais significativas, entretanto, são a lei de férias de 1925 e o Código de Menores de 1926, pois são “as primeiras legislações de âmbito nacional

regulamentando o trabalho subordinado”¹²⁵. Estas leis foram bastante criticadas, pois seu conteúdo, à época, era concebido como uma afronta à liberdade contratual. Representavam, com isso, o início de uma política mais intervencionista do Estado, que surgiria, a partir de então, “como mediador, executor, legislador e julgador dos conflitos de classe, iria de fato estabelecer relações de trabalho e capital cuja *forma* difere significativamente da anterior”¹²⁶.

4.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1934

Ao analisar os discursos de Vargas, Pedro Cezar Dutra Fonseca observou que por diversas vezes faziam referência à “questão social”, procurando justificar a necessidade de uma legislação trabalhista que possibilitasse a organização do trabalho livre “sobre bases racionais”. Desta forma, Getúlio comparava-se a seus predecessores, argumentando que tais questões não estavam na pauta dos governos que o antecederam e que, a partir de então, o Estado se colocava ao lado dos trabalhadores.

Fonseca comenta ainda que:

[...] o peso desta argumentação, a par da retórica, não esconde seu poder de convencimento; mais do que qualquer obra governamental, foi a legislação do trabalho a mais propalada por Vargas como conquista da “Revolução”, que por si só já a legitimava e a tornava necessária. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio [...] O nome do ministério já dava indícios da concepção de seus criadores, pois se propunha a congregar trabalho e capital no mesmo órgão.¹²⁷

Vargas defendia, com isso, a ideia de que os conflitos de classe “poderiam ser solucionados mediante modificações na ordem jurídica”, pois “não advinham diretamente do capitalismo, mas de uma particular ideologia sua: o liberalismo”.¹²⁸ Era patente a orientação fascista de seus discursos e das medidas implementadas com o fim de abrir caminho à atuação do Estado para promoção do “equilíbrio” das relações de trabalho, a evitar, assim, as ameaças ao sistema produtivo.

¹²⁵ RAMOS FILHO, 2012. op. cit. p. 62.

¹²⁶ FONSECA, 1999. op. cit. p. 223.

¹²⁷ Ibid. p. 225.

¹²⁸ Ibid. p. 226.

A análise de tais discursos corrobora o “mito da outorga”, criticado pelo professor Wilson Ramos Filho:

Os direitos sociais não são apresentados como resultantes de um árduo processo de lutas dos trabalhadores contra o empresariado e contra o Estado oligárquico que lhes assegurava seus interesses, mas como uma “evolução legislativa” [...] Transformado em “versão oficial” e autorizada em 1943, este discurso foi sendo construído ao longo da década anterior, período durante o qual o empresariado nacional foi percebendo a funcionalidade da existência dos direitos sociais para seus próprios interesses de classe.¹²⁹

Pedro Cezar Dutra reafirma essa ideia, ao mencionar que a concepção de “relação de trabalho”, naquele período, foi pautada por um viés corporativista, que apregoava a cooperação entre as classes em prol do “interesse nacional”:

[...] ao estabelecer a legislação social o governo não só legalizou os conflitos, mas *redefiniu-os* – e, com isso, legitimou a própria repressão. Desta forma, a verdade nua e crua da luta de classes na República Velha começava a ser negada pelo discurso e pela prática política de Vargas: assim, quem nelas persistisse tornava-se elemento “antinacional” e “antissocial” e, com isso, justificava o uso da repressão sobre si... Se o governo, em 1930, mostrava-se “progressista” no enfrentamento da “questão social” ao ajudar a vencer obstáculos à acumulação capitalista, organizando o mercado de trabalho, não deixava de ser ultraconservador do ponto de vista dos trabalhadores: legalizar as relações de trabalho significava, de fato, ignorar as lutas de classes, ou seja, tratá-las como patologia; significava, em outras palavras, dismantelar o movimento operário nascente.¹³⁰

Já nos primeiros anos do Governo Provisório, Vargas tratou de aparelhar a burocracia estatal relacionada à organização do trabalho. Em 1931, criou-se o Departamento Nacional do Trabalho, em 1932, as Juntas de Conciliação e Julgamento. Em seguida, criou-se a Carteira de Trabalho, que se tornava obrigatória para a reivindicação de férias. Regulamentou-se o trabalho das mulheres e dos menores.¹³¹

Ao Estado competia, ainda, “organizar, disciplinar e tutelar os sindicatos”, que eram vistos como uma forma de organização da classe trabalhadora e, por isso, cada categoria deveria estar representada por um único sindicato, reconhecido pelo

¹²⁹ RAMOS FILHO, 2012. op. cit. p. 88.

¹³⁰ FONSECA, 1999. op. cit. p. 238.

¹³¹ Ibid. p. 229.

novo Ministério. Aos sindicatos foi outorgado o “poder normativo negocial”, por meio da instituição das convenções coletivas de trabalho, em 1932.¹³²

A insatisfação dos estados e sobretudo das elites paulistas com a centralização promovida pelo Governo Provisório, ao qual já chamavam ditadura, agravada pela sucessão de interventores federais no governo de São Paulo, fizeram eclodir a “Revolução Constitucionalista” de 1932, que procurou derrubar o Governo Provisório, promovendo uma campanha pela instauração da Assembleia Constituinte.¹³³

No início daquele ano havia sido promulgado o Código Eleitoral, estendendo o direito de voto às mulheres e aos maiores de 18 anos. O voto tornou-se secreto e proporcional, e a Justiça Eleitoral foi criada para organizar e supervisionar as eleições.

O Governo Provisório tratou do processo de instalação da Constituinte, de modo a conduzi-la conforme seus interesses e a legitimar sua atuação, procurando, com isso, evitar que os movimentos revolucionários ganhassem mais força. Em São Paulo, todavia, a agitação permaneceu intensa, mas a Revolução não teve expressiva adesão dos demais estados.¹³⁴

Em alguns meses o conflito havia terminado e em maio de 1933 iniciaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, instalada em novembro daquele ano. A questão da autonomia dos estados x centralização federal foi, evidentemente, a tônica das discussões da Assembleia. O princípio federativo acabou prevalecendo e algumas propostas do governo não foram acatadas, como ocorreu, por exemplo, no caso da unicidade sindical, que foi derrotada pela proposta pluralista¹³⁵.

O poder da União, todavia, restou ampliado com o capítulo destinado à ordem econômica e social, que pela primeira vez aparecia no texto constitucional brasileiro. Um exemplo disso é a atribuição de competência privativa à União para “legislar sobre normas gerais sobre o trabalho, a produção e o consumo, podendo estabelecer limitações exigidas pelo bem público”, conforme constou em seu artigo 5º, inciso XIX, alínea “i”.

¹³² RAMOS FILHO, 2012. op. cit. p. 151.

¹³³ FONSECA, 1999. op. cit. p. 247.

¹³⁴ Ibid. 160-172; 246-247.

¹³⁵ A reação do governo foi imediata, ao editar um decreto pouco antes da aprovação da Constituição que regulava a instituição de sindicatos e o seu funcionamento.

A Constituição de 1934 inovou por seu caráter programático e, “profundamente influenciada pela Constituição de Weimar, consagrou direitos sociais diferenciados em comparação com as Constituições tipicamente liberais”¹³⁶, deste modo, alguns direitos trabalhistas passaram a gozar de *status* constitucional. “Todo o título IV – Da ordem econômica e social – diz respeito ao direito social trabalhista”.¹³⁷

Cabe ressaltar, no entanto, que o enfoque “social” da nova Constituição – em que pese o governo ter sofrido algumas derrotas quando da elaboração de seu texto – refletiu, de certo modo, a “influência fascista” da era Vargas.¹³⁸

Esse viés é bastante evidente, conforme salientou José Afonso da Silva¹³⁹, na adoção de uma representação corporativa ao lado da representação tradicional, presente no artigo 23 do texto constitucional de 1934:

a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos mediante sistema proporcional e sufrágio universal, igual e direto, e de representantes eleitos pelas organizações profissionais na forma que a lei indicar.

Essa influência explica também porque a “ordem social” estava sempre relacionada ao “interesse nacional”, e as questões econômicas submetiam-se ao caráter intervencionista e corporativista do Estado, conforme já se falou. Confira-se, por exemplo, nos seguintes artigos, “a liberdade do exercício de qualquer profissão”, pautada, todavia, no “interesse público”, “as necessidades da vida nacional” como limites à “liberdade econômica”, a possibilidade de intervenção e monopólio estatal e o “amparo à produção” pelo Estado, segundo os “interesses econômicos do país”:

Art. 13 - É livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade técnica e outras que a lei estabelecer, ditadas pelo interesse público.

Art 115 - A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da Justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna. Dentro desses limites, é garantida a liberdade econômica.

Art 116 - Por motivo de interesse público e autorizada em lei especial, a União poderá monopolizar determinada indústria ou atividade econômica, asseguradas as indenizações, devidas, conforme o art. 112, nº 17, e

¹³⁶ RAMOS FILHO, 2012. op. cit. p. 151.

¹³⁷ PIMPÃO, H. *apud* RAMOS FILHO, 2012, op. cit. p. 152.

¹³⁸ SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 82.

¹³⁹ SILVA, 2010. loc.cit.

ressalvados os serviços municipalizados ou de competência dos Poderes locais.

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

A urgência em regular as atividades econômicas fica evidente inclusive nas disposições transitórias: “Art 16 - Será imediatamente elaborado um plano de reconstrução econômica nacional.”

Conforme destacado por José Afonso da Silva, a Constituição de 1934 representou, assim, um “documento de compromisso entre o liberalismo e o intervencionismo”, ao combinar um rol de direitos individuais com um sistema de regulação da ordem econômica e social.¹⁴⁰

Especificamente em relação à legislação trabalhista, a Carta apresentou os princípios que deveriam norteá-la, bem como os direitos assegurados ao trabalhador:

Art. 121 - [...] § 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

- a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;
- b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador;
- c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei;
- d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres;
- e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos;
- f) férias anuais remuneradas;
- g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa;
- h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a este descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte;
- i) regulamentação do exercício de todas as profissões;
- j) reconhecimento das convenções coletivas, de trabalho.

§ 2º - Para o efeito deste artigo, não há distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou técnico, nem entre os profissionais respectivos.

§ 3º - Os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas.

§ 4º - O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao

¹⁴⁰ SILVA, 2010. loc.cit.

trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas.

Art 123 - São equiparados aos trabalhadores, para todos os efeitos das garantias e dos benefícios da legislação social, os que exerçam profissões liberais.

É certo, entretanto, que muitos dos dispositivos constitucionais demoraram a ser regulamentados e muitas das leis criadas após a nova Constituição foram objeto de discussão, enfrentando resistência ora do operariado, ora dos empresários¹⁴¹. Muitos dos dispositivos não chegaram sequer a ser implantados, ante o curto tempo de vigência da Constituição de 1934.

Outra importante novidade é a criação da Justiça do Trabalho, cujo funcionamento, todavia, diferenciava-se dos demais órgãos do Poder Judiciário em sua composição e só foi de fato implantada em 1941:

Art 122 - Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho, à qual não se aplica o disposto no Capítulo IV do Título I.

Parágrafo único - A constituição dos Tribunais do Trabalho e das Comissões de Conciliação obedecerá sempre ao princípio da eleição de membros, metade pelas associações representativas dos empregados, e metade pelas dos empregadores, sendo o presidente de livre nomeação do Governo, escolhido entre pessoas de experiência e notória capacidade moral e intelectual.

A esse respeito, Wilson Ramos Filho assinala:

[...] embora com o nome de *legislação social*, a de 1934 foi a primeira Constituição brasileira a fazer referência a dispositivos de Direito Capitalista do Trabalho, institucionalizando a heterocomposição dos conflitos trabalhistas decorrentes de seu cumprimento.¹⁴²

Mais uma vez se vê presente o enfoque corporativista, ao buscar a solução dos conflitos entre as classes patronal e trabalhadora por meio do consenso.

Quanto aos sindicatos, embora não tenha sido regulamentado o artigo 120 da Constituição, que reconhecia a pluralidade sindical, o movimento dos trabalhadores começa a se articular, criando em 1935 a Confederação Sindical Unitária do Brasil – CSU que, no entanto, não subsistiu à Lei de Segurança Nacional

¹⁴¹ Como foi o caso da Lei 62/1935, que previa indenização por tempo de serviço aos empregados do comércio e da indústria em caso de despedida sem justa causa.

¹⁴² RAMOS FILHO, 2012. op. cit. p. 153.

aprovada em seguida. A oposição governamental ao pluralismo tornava-se evidente por meio da constante repressão aos movimentos sindicais.

4.3 A CONSTITUIÇÃO DE 1937: O TRABALHO COMO “DEVER SOCIAL”

Os anos anteriores à outorga da nova Constituição foram marcados pela intensidade dos movimentos esquerdistas, sobretudo do comunismo, em várias partes do mundo, e no Brasil não foi diferente.

A Constituição de 1934 previa o fim daquele mandato em 1938 e a campanha sucessória repercutia já no início de 1937.

As articulações da extrema direita, inclinada ao nazifascismo, tiveram importante papel no golpe que deu causa à Constituição de 1937 e à permanência de Vargas no poder. O líder do movimento direitista, Plínio Salgado, aproximara-se de Vargas, “transformando-se em simpatizante do golpe”, que seria fundado em um suposto “plano de tomada do poder pelos comunistas”, forjado por seus correligionários.¹⁴³

O período ditatorial que se instalava, o chamado Estado Novo, significou um “aprofundamento do processo de constituição do capitalismo no Brasil”¹⁴⁴

Aprofundados foram também todos os processos e características que já se faziam presentes no período anterior: a centralização, o intervencionismo, o corporativismo, que agora ganhavam um tom ainda mais autoritário:

Em 1938, Vargas ponderou que aos governos contemporâneos a crise dos anos 30 efetivamente demonstrara não mais ser suficiente assegurar a ordem e a continuidade administrativa, fazendo-se ora necessário controlar as forças econômicas, corrigir as desigualdades de classe e obstar, por vigilância constante, a contaminação do organismo político pelas infiltrações ideológicas apregoadoras do ódio e fomentadoras da desordem...

Ao longo do Estado Novo, Vargas inúmeras vezes repetiu que o objetivo da intervenção governamental era alcançar o desenvolvimento econômico. O que mais tarde seria vagamente chamado de “ideologia desenvolvimentista” – e que reflete, em várias formas, o compromisso dos diversos governos com o desenvolvimento das forças produtivas e, mais especificamente, com a industrialização do país – teve seu aparecimento durante o Estado Novo... Construir uma nação desenvolvida tornou-se o ponto principal da retórica governista... Desenvolvimento econômico

¹⁴³ FONSECA, 1999. op. cit. p. 250-251.

¹⁴⁴ Ibid. p. 252.

*deixava de ser, portanto, apenas um ponto programático para tornar-se ideologia*¹⁴⁵.

Pedro Cezar Dutra Fonseca resume e esclarece as medidas do período, que estavam associadas a um “projeto nacional” de “independência econômica” do país:

[...] a ação governamental estava empenhada com o desenvolvimento econômico, ou seja, com a expansão das forças produtivas capitalistas, e visava, sobretudo, a assentá-la sobre novas bases, na industrialização e no mercado interno. Neste sentido, o Estado Novo pode ser visto como *continuação e radicalização* das tendências mais gerais e marcantes da economia e da política econômica verificadas a partir de 1930.¹⁴⁶

Apesar do discurso nacionalista, o financiamento da industrialização foi buscado em outros países, como ocorreu, por exemplo, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, fundada em 1941, com recursos obtidos junto ao governo norte-americano.

Vargas, em seus pronunciamentos, recorria à estrutura político-jurídica do país para justificar o “atraso” econômico do Brasil e sua posição na divisão internacional do trabalho, asseverando que as opções políticas constitucionalmente estabelecidas, acabaram por determinar o destino de nossa economia:

Não será exagero atribuir, historicamente, a nossa conduta de incompreensão e passividade ao provincialismo que a Constituição de 1891 estabeleceu e ao reclamo dos países industriais interessados em manter-nos na situação de simples fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados. Aquela expressão – “país essencialmente agrícola” – de uso corrente para caracterizar a economia brasileira, mostra, em boa parte, a responsabilidade do nosso atraso. Durante 32 anos de vida republicana – de 1890 a 1922 – permanecera o problema de tal maneira ausente das cogitações governamentais que se poderia considerá-lo inexistente.¹⁴⁷

A outorga da nova Constituição legitimava-se, assim, como forma de “atender aos reclamos do progresso”¹⁴⁸ e as políticas daquele período procuravam romper com o modelo “retrógrado” que se consolidara no país.

É evidente, porém, que o tom de tais discursos fizeram acender as críticas dos fervorosos defensores do setor agrário e impediu a união de forças e interesses

¹⁴⁵ Ibid. p. 256.

¹⁴⁶ Ibid. p. 265.

¹⁴⁷ VARGAS (1950) *apud* FONSECA, 1999. op. cit. p. 266-267.

¹⁴⁸ FONSECA, 1999. op. cit. p. 258.

pretendida pela política corporativista. A alternativa, na maioria das vezes, era “endurecer”: a colaboração converteu-se, assim, um verdadeiro *dever* de todos.

O desenvolvimento econômico não seria possível sem uma eficiente administração dos conflitos de classe e das relações de produção. A outorga da Constituição de 1937, ao lado da legislação trabalhista que se consolidaria nos anos seguintes, foi a maior expressão deste novo modelo.

Ao introduzir o Capítulo destinado à Ordem Econômica – que já não era mais “social e econômica” – o artigo 135 da nova Carta estabelecia:

Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta. (Grifei.)

O artigo seguinte tratou da organização do trabalho, que recebeu, então, ainda mais atenção do que recebera na Constituição de 1934. Se o discurso corporativista pregava o dever de colaboração, não seria diferente com o trabalho. O artigo 136 dizia:

O trabalho é um **DEVER SOCIAL**. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito a proteção e solicitude especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistência do indivíduo, **constitui um bem que é dever do Estado proteger**, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa. (Destaquei.)

Tudo aquilo que assumisse, aos olhos do governo, caráter antissocial deveria ser reprimido. Assim, foi proibida a greve, “por ser nociva à produção”¹⁴⁹, passou-se à unicidade sindical, cuja legitimidade deveria ser reconhecida pelo Estado, impôs-se a contribuição sindical e a “vadiagem” foi tipificada como crime no Código Penal de 1940, o qual previa também o crime contra a organização do trabalho.

¹⁴⁹ FERRARI et al, 2011, op. cit. p. 49.

A economia popular passou a ser organizada em corporações, estas entendidas como órgãos estatais. Os crimes contra a economia popular equiparavam-se aos crimes contra o Estado. Os conflitos trabalhistas “continuavam encarados como *problema jurídico*”¹⁵⁰, que deveriam ser dirimidos perante a Justiça do Trabalho.

Ao dispor sobre a legislação do trabalho, a Constituição de 1937 repetiu alguns dos dispositivos daquela que a antecedeu, estendendo, ainda, alguns direitos, como o repouso nos feriados civis e religiosos – sem remuneração, no entanto; a retribuição superior do trabalho noturno; a conservação dos contratos de trabalho em caso de sucessão de empregadores – que pela primeira vez aparece em sede constitucional e a indenização decorrente da dispensa sem justa causa passou a ser proporcional aos anos de serviço.

Por outro lado, apesar de estabelecer que “todos são iguais perante a lei”, a nova Constituição deixou de proibir a distinção entre pessoas para fins trabalhistas. Assim, “[...] em agosto de 1940 editou-se, no Brasil, uma legislação permitindo que os empregadores pagassem às mulheres 10% a menos do que o salário pago aos homens”¹⁵¹. O retrocesso em relação às garantias sociais da Constituição anterior revelou-se também na omissão, “no tocante à licença-maternidade [...] quanto à sua concessão, ‘sem prejuízo do emprego’, limitando-se a manter a licença apenas sem prejuízo do salário, o que permitia a dispensa da empregada no ciclo gravídico puerperal”¹⁵².

Os instrumentos coletivos de trabalho, anteriormente chamados de convenções, passam a ser chamados de contratos coletivos, na Constituição de 1937, cuja aplicação era obrigatória e extensiva a todos os trabalhadores da categoria, independentemente de estarem associados ao sindicato.

Como muitas das disposições constitucionais dependiam de regulamentação, várias leis foram criadas nos anos seguintes. Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT condensou toda a legislação trabalhista então vigente, tornando-se a “principal fonte normativa do nascente Direito Capitalista do Trabalho brasileiro”¹⁵³.

¹⁵⁰ FONSECA, 1999. op. cit. p. 293.

¹⁵¹ FERRARI et. al., 2011 op. cit. p. 74

¹⁵² Ibid. loc. cit.

¹⁵³ RAMOS FILHO, 2012. op. cit. p. 163.

Apesar de se prestar a tal “consolidação”, a CLT deixou de regular as relações de trabalho rural e de trabalho doméstico, excluindo-as expressamente em seu texto.

O Professor Wilson Ramos Filho esclarece o sentido da política trabalhista do período:

As inovações constitucionais de 1937 e a construção teórica do *trabalhismo* devem ser compreendidas, obviamente, em seu contexto histórico [...] como instrumentos de pacificação social coerentes com a doutrina corporativista, que visava harmonizar os fatores de produção e, com a doutrina fordista, que pregava a concessão de contrapartidas aos trabalhadores para que os mesmos rejeitassem as propostas socialistas e para que, legitimando a forma de regulação imposta, pudessem consumir os produtos fabricados em massa pela indústria nacional.¹⁵⁴

De outro lado, a visão de Francisco de Oliveira, comentada por Pedro Cézar Dutra Fonseca, aponta para um papel da legislação trabalhista, sobretudo no tocante ao salário mínimo, como um meio não propriamente de assegurar um mercado consumidor, já que seu valor representava no mais das vezes um “salário de subsistência”, mas sim de permitir, nas palavras do autor:

[...] instaurar uma nova forma de acumulação, a qual exigia transformar contingentes populacionais em exército de reserva. Se os salários fossem determinados pelo livre jogo do mercado, provavelmente subiriam para algumas categorias operárias... A legislação, assim, não propiciou a elevação do preço da força de trabalho, mas *igualou-a reduzindo-o*.¹⁵⁵

Ambas as visões, apesar de divergentes – já que uma posiciona-se ao lado da produção e a outra, da demanda – procuram desmitificar a ideia de “outorga” que se difundiu por meio dos discursos de Vargas e prevaleceu nas teses doutrinárias que a ele se seguiram.

Apesar de ser esse o discurso da época, Caio Prado Junior apresenta um cenário não tão favorável aos trabalhadores, ainda que o país vivenciasse certo progresso econômico, no período da Segunda Guerra Mundial:

A economia brasileira encontrava, assim, graças às circunstâncias excepcionais da guerra, um novo equilíbrio provisório; e apesar dos grandes sacrifícios suportados pelo país, os anos de duração do conflito

¹⁵⁴ Ibid. p. 170.

¹⁵⁵ FONSECA, 1999. op. cit. p. 309.

representam uma fase de nítido progresso. É certo que este se fazia à custa da massa trabalhadora do país, que suportou todo o ônus daqueles sacrifícios (por efeito, em particular, das restrições alimentares e do encarecimento considerável da vida), e são somente as classes possuidoras que dele participarão efetivamente. A pressão sobre o mercado [...], bem como a inflação do meio circulante [...] provocam uma rápida ascensão de preços, que não será acompanhada senão muito tardiamente pela elevação de salários e da remuneração do trabalho em geral; o que, em boa parte, será devido ao vigente regime ditatorial e consequente restrição às liberdades públicas, que colocava os trabalhadores em situação desfavorável na luta por melhores condições de vida. Aquela defasagem entre a progressão do custo de vida e o nível de salários resulta naturalmente em forte acréscimo da exploração da força de trabalho e um sobrelucro apreciável, que provoca intensa acumulação capitalista.¹⁵⁶

Dutra Fonseca ponderou que a entrada do Brasil na guerra contra o fascismo gerou perturbações no ambiente político e social do país e os movimentos em favor da redemocratização começaram a criar divergências até mesmo no interior da estrutura governista, pois, de fato, o combate ao fascismo por um governo ditatorial com evidentes inclinações àquela ideologia consistia uma contradição.¹⁵⁷

A legitimação constitucional¹⁵⁸ também passou a ser cobrada pelos opositores de Vargas, assim como a convocação das eleições que Getúlio havia prometido para após o fim da Guerra.

Vargas pretendia continuar no poder e conduzir o processo de redemocratização do país, mas sua oposição estava fortalecida e contava também com o apoio das forças militares, que levaram Getúlio à renúncia.

No fim do ano de 1945 ocorreram as eleições presidenciais e em fevereiro de 1946 instalou-se uma nova Assembleia Constituinte.

4.4 A CONSTITUIÇÃO DE 1946

Eleito o presidente General Eurico Gaspar Dutra e instalada a Constituinte, inicia-se um novo período da história brasileira, que vivenciara um período ditatorial nos anos anteriores, passando, em seguida, a uma fase de redemocratização de suas instituições.

¹⁵⁶ PRADO JUNIOR, 1975, op cit. p. 330.

¹⁵⁷ FONSECA, 1999. op. cit. *passim*.

¹⁵⁸ A Constituição de 1937 previa um plebiscito, que nunca ocorreu, para sua legitimação. Apesar disso, a Carta vigorou por dezoito anos.

José Afonso da Silva assim resumiu as feições da Constituição de 1946:

[...] ao contrário das outras, não foi elaborada com base em um projeto preordenado, que se oferecesse à discussão da Assembleia Constituinte. Serviu-se, para sua formação, das Constituições de 1891 e 1934. Voltou-se, assim, às fontes formais do passado, que nem sempre estiveram conformes com a história real, o que constituiu o maior erro daquela Carta Magna, que nasceu de costas para o futuro, fitando saudosamente os regimes anteriores, que provaram mal. Talvez isso explique o fato de não ter conseguido realizar-se plenamente. Mas assim mesmo, não deixou de cumprir sua tarefa de redemocratização, propiciando condições para o desenvolvimento do país durante os vinte anos em que o regeu.¹⁵⁹

Quanto à ideologia que predominou na Constituinte, Wilson Ramos Filho afirma que os partidos de “esquerda” (comunista e trabalhista, PCB e PTB, respectivamente) representaram cerca de 12% do plenário.¹⁶⁰ A maioria dos participantes, portanto, eram representantes das classes dominantes, com predominância do empresariado industrial e de proprietários.

A Constituição de 1946 trouxe, assim, poucas alterações ao sistema então vigente e tampouco apresentou um “projeto para o país”¹⁶¹.

Aliomar Baleeiro também concluiu que

[...] 90% dos constituintes eram pessoalmente proprietários, ou vinculados por seus parentes próximos – pais e sogros – à propriedade sobretudo imobiliária. Compreende-se que desse corpo coletivo jamais poderia brotar texto oposto à propriedade.¹⁶²

Com relação à Ordem Econômica – que voltava a ser também “Social” – o trabalho permanecia como dever, ou, nos termos da Constituição:

Art 145 - A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano. Parágrafo único - A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é **obrigação social**. (Destaquei.)

Quanto à legislação trabalhista, vários dispositivos das Constituições de 1934 e 1937 foram repetidos, mas alguns avanços significativos foram feitos, como a proibição de distinção salarial em virtude de idade, sexo, nacionalidade ou estado

¹⁵⁹ SILVA, 2010. op. cit. p. 85.

¹⁶⁰ RAMOS FILHO, 2012. op. cit. p. 188-189.

¹⁶¹ Ibid. p. 189.

¹⁶² BALEEIRO, A. (1977), *apud* SILVA, 2010. op. cit. p. 84.

civil; a extensão da estabilidade aos trabalhadores rurais; a remuneração do descanso semanal; a proibição do trabalho noturno para menores de 18 anos (e não mais apenas para os menores de 16 anos, como anteriormente) e proibição de dispensa da trabalhadora durante a licença-maternidade, que voltou a vigorar.

A Constituição instituiu, pela primeira vez, a participação nos lucros da empresa pelos trabalhadores, que, no entanto, não foi regulamentada. Reestabeleceu o direito à greve, a ser exercido conforme regulamentação em lei, assim como a liberdade de associação profissional ou sindical. Previu assistência aos desempregados e a obrigatoriedade de contratação de seguro contra acidentes de trabalho pelo empregador.

No tocante à Justiça do Trabalho, trouxe uma importante inovação: esta passou a integrar o Poder Judiciário, mantendo, todavia, sua estrutura tripartite. O Conselho Nacional do Trabalho foi transformado em Tribunal Superior do Trabalho e os Conselhos Regionais em Tribunais Regionais, com a formação de uma carreira de judicatura togada.

Muito embora a Justiça do Trabalho tenha sido incorporada ao Judiciário, foram denominados juízes também os integrantes dos Conselhos Regionais do Trabalho que não eram bacharéis em direito, resguardando, com isso, a permanência daquela estrutura e, em grande medida, da mentalidade que vigorava no regime anterior.¹⁶³

De qualquer sorte, conforme destacou o Professor Wilson Ramos Filho:

[...] o modelo brasileiro de resolução de conflitos entre as classes sociais por intermédio de dissídios coletivos realmente demonstrou um papel relevante nas relações trabalhistas, pois, exercendo seu Poder Normativo, a Justiça do Trabalho, substituindo-se às partes em conflito, aos legisladores e ao próprio Executivo, passou a desempenhar o papel de garantidora das contrapartidas fordistas negadas pelo patronato. Ou seja, na Ordem Constitucional de 1946 a política distributiva operada pela Justiça do Trabalho cumpriu significativo papel legitimador do sistema capitalista, com características do *fordismo* como doutrina.¹⁶⁴

Apesar do processo de redemocratização introduzido com a nova ordem constitucional, o novo governo procurou combater o crescimento do Partido Comunista – PCB, legalizado em 1945. Os reflexos da Guerra Fria começaram a ser

¹⁶³ RAMOS FILHO, 2012. op. cit. p.191-192.

¹⁶⁴ Ibid. p. 203.

sentidos no país e em 1947 o partido retornou à ilegalidade, com a cassação de seus congressistas. A repressão atingiu também os movimentos trabalhistas.

No plano internacional, o Brasil alinhava-se com os Estados Unidos e no plano interno se tentava colocar em prática uma política econômica mais liberal.

Nos últimos anos da década de 40 a expansão capitalista já era certa e a burguesia industrial e financeira crescia em importância.

Com a chegada de Vargas novamente à Presidência, em 1951 – que contou, aliás, com o apoio decisivo da burguesia industrial – o país assistiria a uma sequência de governos “populistas”¹⁶⁵, voltados, sobretudo, à expansão industrial capitalista.

Se os anos 1930 a 1940 significaram o primeiro passo para a industrialização brasileira – chamado, inclusive, de Primeira Revolução Industrial brasileira, pelos economistas –, o governo Juscelino Kubitschek entraria para a história como o período da instalação da indústria pesada no país e, portanto, da consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro.¹⁶⁶

A população urbana passou, de 1950, de pouco mais de doze milhões para quase vinte e três milhões em 1960, representando uma taxa de crescimento anual de 6,6, contra 1,9 de crescimento da população rural em 1960. Só em São Paulo o número de operários aumentou de 273 mil, em 1940, para 485 mil em 1950.¹⁶⁷

Sobre as consequências dessas transformações, Pedro César Dutra Fonseca afirma:

Assim, a Revolução Burguesa brasileira alcançava seus momentos finais mantendo a *excludência* de grande parte da população da economia capitalista propriamente dita, aguçando os contrastes, mas industrializando o país, consolidando a dominação burguesa e imprimindo a seu crescimento econômico taxas sem precedentes no contexto mundial¹⁶⁸.

José Afonso da Silva esclarece, de modo bastante sucinto, a transição política ocorrida no período de vigência da Constituição de 1946:

¹⁶⁵ Tipo de política caracterizada pela relação entre o chefe de governo e o povo, identificada como “governo de massa”, pelo modo de exercício de poder baseado na dominação carismática.

¹⁶⁶ BRESSER PEREIRA, L. C. **Economia Brasileira: Desenvolvimento e Crise no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁶⁷ FONSECA, 1999. op. cit. p. 431.

¹⁶⁸ Ibid. p. 463.

Sob sua égide, sucederam-se crises políticas e conflitos constitucionais de poderes, que se avultaram logo após o primeiro período governamental, quando se elegeu Getúlio Vargas, com um programa social e econômico que inquietou as forças conservadoras, que acabaram provocando formidável crise que culminou com o suicídio do chefe de governo. Sobe o Vice-Presidente Café Filho, que presidiu as eleições para o quinquênio seguinte, sendo derrotadas as mesmas forças opostas a Getúlio. Nova crise. Adoece Café Filho. Assume o Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que é deposto por um movimento militar liderado pelo General Teixeira Lott (11.11.55), que também impede Café Filho de retornar à Presidência (21.11.55). Assume o Presidente do Senado, Sen. Nereu Ramos, que entrega a Presidência a Juscelino Kubitschek de Oliveira, contra o qual espocam rebeliões golpistas, mas sem impedirem conclusse seu mandato.

Elege-se Jânio Quadros, para suceder Juscelino. Sete meses depois, renuncia. Reação militar contra o Vice-Presidente João Goulart, visando impedir sua posse na Presidência. Vota-se, às pressas, uma emenda constitucional parlamentarista (EC n. 4, de 2.9.61, denominada de Ato Adicional), retirando-lhe ponderáveis poderes, com o que não se conformaria. Consegue um plebiscito que e pronuncia contra o parlamentarismo e, pois, pela volta ao presidencialismo, razão por que o Congresso aprova a EC n. 6, de 23.1.63, revogando o Ato Adicional. Jango Goulart tenta equilibrar-se no poder acariciando a direita, os conservadores e a esquerda. Apesar de tudo, a economia nacional prospera, e a inflação muito mais.

Jango, despreparado, instável, inseguro e demagogo, desorienta-se. Perde o estribo do poder. Escora-se no peleguismo, em que fundamentara toda a sua carreira política. Perde-se. Sem prestar atenção aos mais sensatos, que, aliás, despreza, cai no dia 1º de abril de 1964, com o Movimento Militar instaurado no dia anterior.¹⁶⁹

A ameaça comunista mais uma vez surgia no cenário político brasileiro, como estopim para o golpe militar. Somado a isso, inúmeras greves e movimentos eclodiram¹⁷⁰.

4.5 A CONSTITUIÇÃO DE 1967 E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 01/1969: O TRABALHO COMO “CONDIÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA”

O conturbado cenário dos últimos anos da década de 1950 abriram espaço para uma nova crise do governo civil no país. Sobre a série de acontecimentos que levaram a instalação do regime militar, Bresser Pereira esclarece:

¹⁶⁹ SILVA, 2010. op. cit. p. 85-86.

¹⁷⁰ A exemplo da “greve dos 700 mil”, que reivindicava melhores condições de trabalho e a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada pela Igreja Católica, em resposta às reformas de base propostas pelo governo João Goulart.

[...] a vitória do industrialismo, a definitiva aceitação dos empresários industriais entre as classes produtoras, o desaparecimento do conflito entre a indústria e a agricultura de exportação, o rompimento da aliança entre as esquerdas e os empresários industriais, o aumento relativo da força política da esquerda e sua autonomia em relação aos empresários industriais, o esvaziamento e transformação do nacionalismo e, finalmente, o aparecimento de uma nova luta ideológica: o reformismo contra o conservadorismo... essas transformações estruturais, e particularmente a autonomização das esquerdas, de um lado, e a união das direitas, do outro, provocou um movimento de radicalização política... suprimia-se o diálogo, aumentava-se a insegurança política, o desenvolvimento social tendia a estancar-se e o econômico a reduzir o seu ritmo. O resultado final desse processo foi a tomada do poder pelos militares, com amplo apoio da direita, na Revolução de 64.¹⁷¹

O país passou a ser governado por meio de Atos Institucionais - AI e atos complementares, semelhantes a decretos, que apesar de manterem a ordem constitucional vigente, suspenderam uma série de garantias e direitos.

A Lei de Greves de 1964 praticamente as tornou ilegais, ante a grande quantidade de condições para seu exercício.

O AI-4 previa a votação pelo Congresso Nacional de um novo projeto constitucional, que deu origem à “Constituição do Brasil”, promulgada em 24 de janeiro de 1967, caracterizada, principalmente, pelo apelo à segurança nacional¹⁷² e pela centralização de poder na esfera Executiva.

No capítulo concernente à Ordem Social e Econômica, o trabalho aparece como “condição da dignidade humana”, sendo sua valorização um dos princípios da nova Carta (art. 157, II), assim como a “harmonia e solidariedade entre os fatores de produção” e o “desenvolvimento econômico”, entre outros:

Art 157 - A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I- liberdade de iniciativa;

II - valorização do trabalho como **condição da dignidade humana**;

III - função social da propriedade;

IV - harmonia e solidariedade entre os fatores de produção;

V - desenvolvimento econômico;

VI - repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros. (Destaquei.)

¹⁷¹ BRESSER PEREIRA, 1987. op. cit. p.121.

¹⁷² Paralelamente à entrada em vigor da nova Constituição foi promulgada uma nova Lei de Segurança Nacional, que restringia direitos fundamentais.

Quanto aos direitos dos trabalhadores, foram mantidos praticamente os mesmos que já constavam na Constituição de 1946, proibindo, no entanto, a greve nos “serviços públicos e atividades essenciais” (art. 157, par. 7º). Estendeu a participação dos trabalhadores, mas de modo excepcional, na gestão da empresa, nos casos em que a lei estabelecesse. Instituiu o salário-família aos dependentes do trabalhador. Estendeu a proibição da discriminação de sexo, estado civil também aos critérios de admissão de trabalhadores, incluindo na proibição também a cor, mas deixou de mencionar a idade e a nacionalidade. Estabeleceu o intervalo intrajornada. Incluiu no rol de contribuições previdenciárias suportadas em conjunto pela União, empregados e empregadores o seguro-desemprego. Assegurou a aposentadoria da mulher, com salário integral, aos 30 anos de trabalho e entidades de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União.

Apesar disso, houve retrocesso em alguns direitos: reduziu a idade mínima para o trabalho; instituiu o regime de FGTS, como alternativa à estabilidade e à indenização previstas na Constituição anterior; limitou aos trabalhadores a assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva, antes prevista também para as gestantes.

Sobre o regime do FGTS, Wilson Ramos Filho destaca:

[...] introduzido como opcional [...] passou a ser imposto pelas empresas como condição para as novas contratações ou mesmo para a manutenção dos contratos de emprego preexistentes. Assim, [...] o empregador deveria apenas “liberar” os depósitos existentes em contas bancárias vinculadas ao sistema e acrescentar o valor simbólico percentual ao total dos depósitos havidos, eximindo-se do pagamento daquela indenização por terminação unilateral dos contratos de trabalho prevista na CLT.¹⁷³

A Constituição de 1967 durou pouco. Com o Ato Institucional nº 5, o AI-5, a ordem constitucional foi rompida, em 13.12.68. Em agosto de 1969, o Exercício do Poder Executivo passa às mãos dos Ministros das três Forças Armadas e em outubro daquele ano é promulgada a Emenda Constitucional n. 1, que se tratou, na verdade, de uma nova Constituição, passando a ser chamada de “Constituição da República Federativa do Brasil”.

Quanto às inovações trazidas à Ordem Econômica e Social, destacam-se: a “expansão das oportunidades de emprego produtivo” como princípio (art. 160, VI); a

¹⁷³ RAMOS FILHO, 2012, op. cit. p. 241-242

inclusão, no rol de contribuições previdenciárias suportadas em conjunto pela União, empregados e empregadores, o seguro contra acidentes de trabalho e, por meio da Emenda Constitucional nº 18/1981, a aposentadoria com salário integral aos professores, aos 30 anos de efetivo exercício, se homem, e 25 anos, se mulher.

Quanto à Justiça do Trabalho, seu poder normativo foi limitado, em especial com a promulgação da Lei 4.725/1965, que restringia sua atuação na resolução de questões salariais.

Por outro lado, ampliou o número de membros do TST e previu a integração dos membros do Ministério Público e da advocacia nos quadros da magistratura, por meio do quinto constitucional. Direcionou à esfera da justiça federal as demandas trabalhistas relativas aos servidores celetistas da União.

Em nome da segurança nacional, também o poder normativo negocial foi limitado, por meio de alterações no texto da CLT relativas aos contratos coletivos de trabalho, que passaram a incorporar também os acordos coletivos, autorizando-se a intervenção estatal e a dispensa de acompanhamento pelos sindicatos.

A legislação tratou, ainda, de regular o trabalho doméstico e o trabalho rural, que haviam sido excluídos da incidência da CLT.

Wilson Ramos Filho, citando Reis (2005) e Martin-Chenut (2009), avalia situação dos econômica e trabalhista no período em que vigorou o regime militar:

Os chamados *anos de chumbo* foram, para muitos, também *anos de ouro*, por haver propiciado a ampliação da riqueza em setores sociais determinados, à custa da repressão dos movimentos dos trabalhadores... a classe trabalhadora foi sufocada, reprimida, disciplinada e normalizada para permitir um novo surto de acumulação do capital, construindo-se ao longo do tempo um sofisticado aparato repressivo para a manutenção do regime.

174

O chamado “milagre” vivenciado pela economia brasileira no período da ditadura militar certamente não significou a emancipação das classes trabalhadoras.

Os dados apresentados por Mendonça, descrevem parte das consequências sobre a distribuição de renda no país:

Entre 1960 e 1970, 1% da população mais rica teve sua parte no produto global aumentada de 11,7% para 17%. Por outro lado, os 30% mais pobres tiveram sua parte diminuída de 17,7% para 11,7% [...] as classes pobres

¹⁷⁴ Ibid. p. 233-234.

tinham de se esforçar muito mais para obter a cesta básica de alimentação. Enquanto para comprá-la, em 1970, era necessário trabalhar 105 horas e 13 minutos, cinco anos depois era necessário trabalhar 149 horas e 40 minutos.¹⁷⁵

Somado a isso, as “contrapartidas fordistas” que se faziam presentes na Constituição de 1946 começam a ser desmontadas por uma nova lógica de regulação da força de trabalho durante o regime militar, caracterizada pela flexibilização das relações trabalhistas, que se deu de modo precoce no Brasil.¹⁷⁶

Ao lado da instituição do FGTS, surgem leis de locação de mão de obra e terceirização, por meio das quais se admitirá “que um comprador de força de trabalho a revenda com lucro, estabelecendo-se um duplo regime de apropriação de mais valia”¹⁷⁷.

Com a redemocratização tardia, as alterações nos modos de gestão do capitalismo que haviam sido implementados nos dois outros modelos intervencionistas da década de 1970, tanto no modelo bélico assistencial como no modelo intervencionista do bem estar social continental europeu, no Brasil, só adquirem relevância no início da década de 1990.

Nos outros modelos intervencionistas, no início dos anos 70 até o final dos 80, em respostas às críticas anticapitalistas que caracterizaram o final da década de 1960... foram ampliadas as contrapartidas fordistas pela adesão ao modo de vida capitalista... Naqueles países... a partir do final da década de 1980 e, principalmente, durante a década de 1990, depois da derrocada dos regimes socialistas do leste europeu, se verificará o surgimento de um *novo espírito do capitalismo*, menos preocupado com a legitimação do modo de produção, com impacto direto no Direito Capitalista do Trabalho lá estabelecido, fortemente impactado por novos métodos de gestão nas empresas.¹⁷⁸

No Brasil, por outro lado, “o regime militar garantia a ‘adesão’ da classe trabalhadora à maneira de existir proposta pelo capitalismo”.¹⁷⁹

Como se viu, ainda que a Carta de 1967 fizesse referência ao trabalho como “condição da dignidade humana”, este conceito estava ainda muito longe da concepção atual de dignidade.¹⁸⁰ Este princípio, naquele período, relacionava-se substancialmente com a ideia de “mínimo existencial” e, sobretudo, com a “ética do trabalho”. Os

¹⁷⁵ MENDONÇA (2010), *apud* RAMOS FILHO, 2012, op. cit. p. 258.

¹⁷⁶ RAMOS FILHO, 2012, op. cit. p. 241-246. Para o autor, o sistema trabalhista anterior estava informado por um esquema fordista-corporativista, por meio do qual o poder normativo da justiça do trabalho garantia contrapartidas aos empregados que possibilitavam a manutenção de certa estabilidade nas relações de produção, legitimando, com isso, o modo de produção capitalista.

¹⁷⁷ *Ibid.* p. 264-265.

¹⁷⁸ *Ibid.* p. 269-270.

¹⁷⁹ *Ibid.* p. 270.

¹⁸⁰ Uma importante reflexão sobre o “fundamento da dignidade humana” e sua relação com o trabalho pode ser encontrada em GOSDAL, T. C. **Dignidade do Trabalhador: Um Conceito Construído sob o Paradigma do Trabalho Decente e da Honra**. Tese (Doutorado em Direito) - Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2006 e em GOMES, 2005, op. cit.

paradigmas de “direito fundamental” e “trabalho digno”, terão relevância apenas com a promulgação da Constituição de 1988.

4.6 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 – O “DIREITO SOCIAL” AO TRABALHO

O período da ditadura militar, de um modo geral, pode ser dividido em três fases: a da institucionalização, entre 1964 e 1968; a do endurecimento, até 1974, quando então se inicia a fase transição para o regime democrático, que segundo o Presidente do período, General Ernesto Geisel, seria “lenta, gradual e segura”.

Os últimos anos do regime militar no Brasil foram marcados por um processo de “redemocratização” e “abertura política” que levariam à instalação da chamada “Nova República”, com o reestabelecimento do “Estado Democrático de Direito”.

Bresser Pereira esclarece o significado de tais termos, afirmando que o processo político daquele período caracterizou-se:

[...] pela dialética entre o processo de “abertura” comandado pelo Governo e o processo de redemocratização exigido pela sociedade civil. Estes dois processos não são radicalmente contraditórios, mas têm objetivos diversos. Redemocratização, restabelecimento do Estado de direito é não apenas o processo real do restabelecimento dos direitos individuais e do processo eleitoral, mas também da própria luta democrática da sociedade. “Abertura”, por sua vez, é o processo através do qual o regime militar controla, cedendo e ao mesmo tempo postergando o mais possível, o processo de redemocratização, com o objetivo último de perpetuar-se no poder.¹⁸¹

Para o autor, a causa principal da redemocratização foi o “rompimento do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático por parte da burguesia – particularmente da burguesia industrial e da pequena burguesia de profissionais liberais.”¹⁸² Isso porque, para ele, tais camadas não dependem de um Estado forte para acumular, mas antes, “seu mecanismo básico de apropriação excedente é a mais-valia... realiza-se, assim, no mercado, através da clássica troca de equivalentes”.¹⁸³ Deste modo, estando o Brasil já em um estágio avançado de industrialização, sua burguesia industrial não mais necessitava estar comprometida com o autoritarismo.

¹⁸¹ BRESSER PEREIRA, 1987. op. cit. p. 250.

¹⁸² Ibid. p. 259.

¹⁸³ Ibid. p. 260.

O regime militar teve um significado importante para o controle dos fatores que atemorizavam a burguesia, que eram a ameaça de uma revolução de esquerda e as crises econômicas. Com isso, a “burguesia perdeu o medo da subversão, retirando imediatamente grande parte da legitimidade do sistema autoritário”, situação agravada pela desaceleração econômica a partir da metade da década de 1970 e pela derrota nas eleições de 1974, que “foi um golpe moral na legitimidade do regime, à medida que tornava patente sua falta de representatividade”.¹⁸⁴

O retorno à cena política das esquerdas, sobretudo após a “Lei da Anistia”, contribuiu também para o crescimento da oposição ao regime.

A “abertura” mostrou-se, assim, ser inevitável. Bresser Pereira afirma que este processo constituiu um “pacto social”, baseado nos seguintes princípios: “(a) redemocratização, que interessava a todas as classes; (b) manutenção do capitalismo, que interessava à burguesia; e (c) moderada distribuição de renda, que interessava aos trabalhadores e às esquerdas.”¹⁸⁵

A esquerda, inclusive, tornou-se mais expressiva, com a criação do Partido dos Trabalhadores – PT; a organização da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – Conclat; a fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST; todos participando ativamente da campanha para eleições diretas para presidente (“Diretas já”), e para a mobilização que culminou, em 1985, na votação da Emenda Constitucional nº 26, convocando nova Assembleia Constituinte.

Wilson Ramos Filho resume a passagem para um novo modelo político no final dos anos 1980, cujo impacto foi sentido também nas relações de trabalho, no Brasil e no mundo, com o enfraquecimento dos regimes socialistas, representativo das forças ideológicas que permearam a promulgação da nova Constituição Brasileira:

[...] enquanto na Europa e nos países anglo-saxões já se falava a passagem do modelo de regulação do mercado de trabalho e do modo de gestão empresarial típicos dos anos 70 e 80 (construídos em resposta aos movimentos contestatórios que tiveram seu ápice em 1968) para um *novo espírito do capitalismo* mais adequado à doutrina neoliberal, no Brasil se assistia ao acirramento da concorrência entre dois projetos antagônicos e irreconciliáveis. Opunham-se aqueles que buscavam democratizar a

¹⁸⁴ Ibid. p. 261-262.

¹⁸⁵ Ibid. p. 265.

sociedade e dotá-la de direitos e garantias fundamentais (dentre os quais os direitos sociais, muitos deles regulados pelo Direito Capitalista do Trabalho) em moldes similares aos encontráveis na Europa ocidental, aos doutrinadores que, impressionados com os acontecimentos nos polos mais desenvolvidos do capitalismo, na União Europeia, nos EUA e nos demais países influenciados por esses, propugnavam pela supressão da etapa legitimadora do modo de produção [...] em razão do desaparecimento da concorrência ideológica do modo de produção alternativo.¹⁸⁶

José Afonso da Silva¹⁸⁷ esclarece que, ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte, o que se fez, em realidade, foi convocar um Congresso Constituinte, pois seus membros eram todos deputados e senadores. Apesar disso, o projeto constitucional recebeu mais de uma centena de propostas populares, contando com milhões de assinaturas, que eram encaminhadas por associações civis.

As propostas vencedoras, no entanto, representaram em sua maioria os interesses dos partidos chamados de “centro democrático”, ou “centrão”, que reuniam os setores sociais mais conservadores. Apesar disso, é possível perceber no texto da nova Constituição tanto das concessões feitas às correntes liberais quanto às intervencionistas.¹⁸⁸

A ideia de “Estado Democrático de Direito”, presente no novo texto constitucional, segundo José Afonso da Silva, representa “[...] um tipo de Estado que tende a realizar a síntese do processo contraditório do mundo contemporâneo, superando o Estado capitalista para configurar um Estado promotor de justiça social”.¹⁸⁹

O caráter principiológico da Constituição de 1988 já pode ser percebido nos seus primeiros artigos. No Título I, reservado aos “Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 1º, inciso IV está “o valor social do trabalho e da livre iniciativa”.

Ao falar em “valor social do trabalho” fica evidente a concepção de um Estado, que por meio da afirmação de direitos sociais, pretende a realização da justiça social. Paralelamente, a “livre iniciativa”, princípio básico da ordem capitalista, evidencia um modo de produção já consolidado no país.

¹⁸⁶ RAMOS FILHO, 2012, op. cit. p. 270.

¹⁸⁷ SILVA, 2010, op. cit. p. 89.

¹⁸⁸ A exemplo do primado da livre iniciativa em favor dos primeiros e da previsão de possibilidades de intervenção estatal na ordem econômica, em favor dos últimos.

¹⁸⁹ SILVA, 2010, op. cit p. 122.

A livre iniciativa relaciona-se ainda, conforme destacou Irany Ferrari¹⁹⁰, com a ideia de liberdade de escolha, em sintonia com o direito fundamental previsto no inciso XIII do artigo 5º da Constituição: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Os Princípios Fundamentais da República, na concepção de José Afonso da Silva exprimem a noção de “mandamento nuclear de um sistema”¹⁹¹, o que lhes dá especial relevância, por conterem preceitos básicos informadores de toda a ordem política, social, econômica e jurídica do país.

O capítulo II, do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) trata dos “Direitos Sociais”, consagrando, em seu artigo 6º, o direito social ao trabalho¹⁹²:

São **direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010. Grifei.)

Sobre o este novo paradigma de trabalho, trazido pela Constituição de 1988, Leonardo Wandelli, citando trechos de Celso de Albuquerque Mello, afirma:

‘Seria o direito ao trabalho o mais importante, ou o direito básico dos direitos sociais’ sendo a condição para os demais direitos sociais. E sem estes últimos, não há sentido para os direitos individuais clássicos [...] ‘o que interessa a liberdade de expressão se não se têm os direitos à saúde, ao trabalho, à alimentação?’¹⁹³

Também José Afonso da Silva esclarece o conteúdo dos Direitos Sociais trazidos pela nova ordem constitucional:

[...] os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente [...] que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressuposto do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais radicais ao auferimento da igualdade

¹⁹⁰ FERRARI et al., 2011, op. cit. p. 52.

¹⁹¹ Expressão cunhada por Celso Antônio Bandeira de Mello, *apud* SILVA, 2010, op. cit. p. 91.

¹⁹² O texto do artigo 6º foi objeto de duas emendas constitucionais, que incluíram a moradia, em 2000, e a alimentação, em 2010, no rol de direitos sociais.

¹⁹³ WANDELLI, L. V. **Direito ao Trabalho como Direito Humano e Fundamental**: Elementos para sua fundamentação e concretização. Tese (Doutorado em Direito) - Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. 2009. p. 15..

real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade.¹⁹⁴

A ideia de direito social como prestação positiva passa pela reflexão acerca da existência de um direito subjetivo ao trabalho e da possibilidade de ele ser reivindicado face ao Estado, como forma de lhe garantir efetividade. Este tema, porém, é bastante polêmico, escapando ao alcance do presente trabalho.¹⁹⁵

O artigo 7º do novo texto constitucional trata especificamente dos direitos dos trabalhadores, equiparando os trabalhadores rurais aos urbanos. Dentre os principais avanços estão a redução da jornada semanal de trabalho de 48 horas para 44 horas; a indenização para dispensa arbitrária; o percentual de no mínimo 50% para o adicional de trabalho extraordinário e de 1/3 para a remuneração de férias; a licença gestante de 120 dias; a criação da licença-paternidade e a elevação da idade mínima de 14 anos para o trabalho¹⁹⁶. Está previsto também o adicional de penosidade, embora não tenha sido ainda regulamentado, ao lado da insalubridade e periculosidade, que já existiam.

Um elemento importante é a previsão das necessidades que devem ser atendidas pelo salário mínimo, o qual passa a ter abrangência nacional e do ajuste periódico que lhe garanta a manutenção do poder aquisitivo. Além disso, a previsão de piso salarial de acordo com a modalidade de trabalho; décimo terceiro salário, inclusive para os aposentados; proteção ao trabalho da mulher e a assistência a seus filhos por meio de creches e pré-escolas; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; proteção em face da automação; universalização da aposentadoria; seguro contra acidentes a cargo do empregador; direito de ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho; inclusão da proibição de discriminação de salário em função da idade ou deficiência; igualdade de direitos entre os trabalhadores avulsos e os demais empregados e a extensão de alguns direitos aos trabalhadores domésticos.

Três categorias de estabilidades ganham *status* constitucional: a do dirigente sindical, do cipeiro¹⁹⁷ e das empregadas gestantes.

¹⁹⁴ SILVA, 2010, op. cit. p. 286-287.

¹⁹⁵ Uma reflexão interessante sobre os direitos fundamentais enquanto direitos subjetivos à prestação estatal e a possibilidade ou não de reivindicá-los pode ser encontrada em GOSDAL, 2006, op. cit.

¹⁹⁶ Por meio da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, a idade mínima para o trabalho passou a ser 16 anos, autorizado o trabalho na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

¹⁹⁷ Dirigente das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA

Se a nova Constituição estendeu o rol de direitos aos trabalhadores, por outro lado trouxe também algumas flexibilizações para a redução da rigidez das leis trabalhistas. Dentre elas destacam-se: a irredutibilidade salarial, prevista na CLT, alcança status constitucional, mas passa a ser excepcionada em caso de acordo ou convenção coletiva; a desvinculação da participação dos lucros da remuneração, descaracterizando sua natureza salarial; a possibilidade de compensação de jornada de trabalho e de turnos de revezamento; a universalização do FGTS; a exclusão da proibição de salário insalubre para a mulher; a possibilidade de associações cooperativas, sem vínculo empregatício entre elas e seus associados.

Com relação à organização sindical e à representação de classe, estabeleceu a liberdade de organização sindical, apesar de manter a contribuição sindical obrigatória; criou a contribuição confederativa; manteve a unicidade sindical, vedando a criação de mais de uma entidade representativa de uma mesma categoria na mesma base territorial; previu a obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho; estendeu ao aposentado o direito de ser votado nas organizações sindicais; manteve o direito de greve, ressalvadas as atividades e serviços essenciais, prevendo punição aos eventuais abusos; assegurou a participação de trabalhadores e empregadores em órgãos públicos em que sejam discutidos seus interesses e a eleição de um representante em empresas com mais de duzentos empregados para promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Maurício Godinho Delgado assim resume o novo panorama constitucional:

[...] a Constituição de 5.10.1988 emergiu, também, como a mais significativa *Carta de Direitos* já escrita na história jurídico-política do país. Não se conduziu, porém, a nova Constituição pela matriz individualista preponderante em outras Cartas Constitucionais não autocráticas (como a de 1946). Nessa linha, superou a equívoca dissociação (propiciada pela Carta de 46) entre liberdade e igualdade, direitos individuais e direitos coletivos ou sociais. A nova Constituição firmou largo espectro de direitos individuais, cotejados a uma visão e normatização que não perdem a relevância do nível social e coletivo em que grande parte das questões individuais deve ser proposta. Nesse contexto é que ganhou coerência a inscrição que produziu de diversificado painel de direitos sociotrabalhistas, ampliando as garantias já existentes na ordem jurídica, a par de criar novas no espectro normativo dominante.¹⁹⁸

Por outro lado, a Constituição de 1988 manteve instituições e mecanismos

¹⁹⁸ DELGADO, 2009. op. cit. p. 118.

autocráticos, de matriz corporativista, os quais “atuam frontalmente sobre a estrutura e dinâmica *sindicais*, inviabilizando, de modo ostensivo e rígido, a construção de um padrão democrático de gestão social e trabalhista no Brasil.”¹⁹⁹

Delgado aponta como tais os seguintes mecanismos: “a) a contribuição sindical obrigatória [...]; b) a representação corporativa no seio do Poder Judiciário [...]; c) o poder normativo do Judiciário Trabalhista [...]; d) preceitos que mantêm a unicidade e o sistema de enquadramento sindical”²⁰⁰.

Além do extenso rol de direitos sociais, a Constituição de 1988 diferenciou-se das demais que a antecederam a estabelecer capítulos separados para tratar da “Ordem Econômico-financeira” (Título VII) e da “Ordem Social” (Título VIII). Em ambos os títulos o trabalho aparece como elemento de destaque:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na **valorização do trabalho humano** e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios [...]

Art. 193. A ordem social tem como base o **primado do trabalho**, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Dentre os princípios da ordem econômica, importante ressaltar a busca pelo pleno emprego, descrito no inciso VIII do artigo 170.

O Capítulo III do Título IV (Da Organização dos Poderes) tratou do Poder Judiciário e, em sua Seção V, ocupou-se dos Tribunais e Juízes do Trabalho. Esta Seção foi objeto de duas Emendas Constitucionais, que alteraram significativamente a estrutura e organização da Justiça do Trabalho, a Emenda Constitucional nº 24/1999 e a Emenda Constitucional nº 45/2004.

A Constituição previu, ainda, a atuação do Ministério Público na defesa dos interesses difusos e coletivos em âmbito trabalhista.

Sobre as mudanças trazidas pela Constituição de 1988, Dinaura Godinho Pimentel Gomes, reprisando o pensamento de José Afonso da Silva, afirma que este novo sistema “[...] buscou criar, no mínimo, um capitalismo social, por meio da estruturação de uma ordem social, intensamente preocupada com a justiça social e a dignidade da pessoa humana.”²⁰¹

¹⁹⁹ Ibid. p. 120.

²⁰⁰ Ibid. loc. cit.

²⁰¹ GOMES, 2005, op. cit. p. 232.

Esse, aliás, converteu-se em um dos princípios de maior realce não apenas no âmbito das relações de trabalho, mas em todo os ramos do direito. A interpretação de todos os demais princípios constitucionais passaram a se pautar na dignidade da pessoa humana.

Todavia, conforme assevera a Professora Thereza Cristina Gosdal, o discurso constitucional não é suficiente para que os direitos do trabalhadores se materializem segundo o princípio da dignidade:

A tutela da dignidade nas relações de trabalho exige a consideração de trabalhador concreto, em suas relações concretas. Não basta que a dignidade esteja protegida no texto constitucional e em tratados e convenções internacionais. Para que não resulte no vazio é preciso haver uma consciência ético-jurídica e uma praxe da dignidade nas relações de trabalho.²⁰²

Esse é o principal significado de dignidade como princípio informador de todo o ordenamento jurídico e talvez o mais importante desafio do Direito do Trabalho contemporâneo. Sobre isso, Dinaura Godinho Pimentel Gomes, pondera:

[...] os direitos assegurados aos trabalhadores, inseridos no catálogo de direitos fundamentais [...] constituem verdadeiros e indispensáveis pressupostos para o exercício dos demais direitos e liberdades do cidadão. [...] Imperiosa torna-se, portanto, a implementação dos direitos sociais, proclamados na Constituição Federal brasileira, para afastar as possibilidades de submissão do Poder Público às imposições externas conduzidas pelo fenômeno da globalização econômica, relativas à desregulamentação das leis trabalhistas.²⁰³

É verdade, como se viu, que a regulamentação do trabalho teve um papel preponderante como instrumento de viabilização do sistema capitalista no Brasil. Apesar disso, não se pode olvidar que a legislação trabalhista significou também uma conquista de direitos e garantias à classe trabalhadora.

Se por um lado certas concessões foram necessárias para garantir a estabilidade social e permitir o crescimento das camadas assalariadas e, conseqüentemente, da acumulação capitalista, por outro resultaram em melhores condições de trabalho ao “proletariado”, que permaneceria sujeito aos interesses do capital, mas provavelmente em situação ainda pior, caso não tivesse alcançado tais direitos.

²⁰² GOSDAL, 2006, op. cit. p. 177-178.

²⁰³ GOMES, 2005, p. 217-218.

Tanto cresceram em importância os direitos individuais e coletivos do trabalho que fizeram surgir mecanismos de flexibilização²⁰⁴ das relações de produção, garantidos por uma legislação trabalhista menos rígida. Isso porque a lógica do sistema é a de que as prerrogativas asseguradas ao trabalhador não inviabilizem o modo de produção capitalista, impossibilitando, com isso, a exploração da mais-valia.

A reestruturação dos modelos produtivos, com a passagem do paradigma taylorista-fordista²⁰⁵ ao toyotista²⁰⁶ explicam bem este cenário. Diante do custo gerado pelo novo sistema de garantias e direitos trabalhistas, as empresas precisaram enxugar gastos, realizar uma reengenharia do processo produtivo e diferenciar-se frente à concorrência. Assim foram surgindo os processos de flexibilização, a exemplo da terceirização de mão de obra.²⁰⁷

Alguns exemplos destes mecanismos de flexibilização, implantados nas últimas décadas, são apresentados por Wilson Ramos Filho:

No Brasil também se assistiu a tal iniciativa durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que culpabilizando o Direito do Trabalho pela – inexistente – perda de competitividade dos produtos nacionais em face da “rigidez” da legislação do trabalho no Brasil, pela introdução no Direito positivo de novas precarizações normativas (criação do *banco de horas*, contratos provisórios, contratos por tempo parcial, suspensão temporária dos contratos de trabalho, entre outras [...]) que tornaram o Direito Capitalista do Trabalho brasileiro ainda mais protetivo dos interesses dos empregadores, materializando em lei prerrogativas que fortaleceram ainda mais o poder empresarial nas relações de trabalho.²⁰⁸

Também para Gabriela Neves Delgado, a flexibilização representa um

²⁰⁴ Gabriela Neves Delgado apresenta a diferenciação feita por Arnaldo Sussekkind entre desregulamentação e flexibilização: “[...] a desregulamentação retira a proteção do Estado ao trabalhador, permitindo que a autonomia privada, individual ou coletiva regule as condições de trabalho e os direitos e obrigações advindos da relação de emprego. Já a flexibilização pressupõe a intervenção estatal, ainda que básica, com normas gerais abaixo das quais não se pode conceber a vida do trabalhador com dignidade”. SUSSEKIND, A. *apud* DELGADO, 2006, op. cit. p. 194.

²⁰⁵ O modelo fordista, assim batizado em homenagem a seu idealizador, o americano Henry Ford, difundiu-se a partir do início do século XX, com o fim de diminuir o tempo de produção e possibilitar a produção em larga escala. Este modelo ficou conhecido pela proposta de linha de montagem experimentada nas fábricas de automóveis. A combinação entre o modelo taylorista e o fordista possibilitou uma ainda maior racionalização do trabalho e intensificação da produtividade, baseando-se no sistema *just-in-case*, de produção em massa. DELGADO, 2006, op. cit. p. 160-161. Sobre o modelo taylorista, ver página 28 deste trabalho.

²⁰⁶ O modelo toyotista, bem posterior ao taylorismo e ao fordismo, surgido ao final da década de 1970, baseava-se no pressuposto não da máxima produção, mas sim da máxima rentabilidade, por meio do sistema *just-in-time* de produção na medida da demanda do mercado. Ibid. p. 178-179

²⁰⁷ Ibid. p. 177-179.

²⁰⁸ RAMOS FILHO, 2012, op. cit. p. 442.

“verdadeiro instrumento de precarização das relações de trabalho”²⁰⁹, pois por meio dela uma série de direitos conquistados pelos trabalhadores acabam sendo aniquilados em favor dos interesses patronais.

As reformas da própria Justiça do Trabalho no Brasil espelham as alterações nas relações trabalhistas e os interesses prevalentes na sociedade, como pode se perceber através das modificações trazidas pelas Emendas Constitucionais nº 24/1999 e 45/2004, tais como a extinção da representação classista e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

Percebe-se, com isso, que o Direito do Trabalho está sempre “modulando” as forças e interesses que se contrapõem no sistema capitalista, em especial, na atualidade, por já ter se consolidado o capitalismo como modo de produção hegemônico em praticamente todo o mundo, existindo, ainda, uma consciência de classe muito mais desenvolvida que outrora.

É evidente, portanto, que se em algum momento a balança pesar para um dos lados, a contrapartida virá em seguida, de modo a reequilibrar o sistema. Não é por outro motivo que Wilson Ramos Filho defende que “a ampliação (tardia) dos direitos dos trabalhadores dependerá de processos sociais de luta que ensejem novas materializações das correlações de força entre as classes sociais fundamentais”²¹⁰, em face da tendência governamental à flexibilização da legislação trabalhista.

²⁰⁹ DELGADO, 2006, op. cit. p. 196.

²¹⁰ RAMOS FILHO, 2012, op. cit. p. 464.

5 CONCLUSÃO

Buscou-se, ao longo deste estudo, apresentar os principais aspectos históricos relacionados ao modo de produção capitalista no Brasil. Não se teve a pretensão, evidentemente, de esgotar tal assunto, mas apenas de ilustrar, por meio de uma abordagem multidisciplinar, os contornos do Direito do Trabalho pátrio.

A metodologia utilizada – análise dos discursos e das estruturas históricas e a observação dos textos constitucionais – permitiu identificar tanto a “mentalidade” que se desenvolveu em função do capitalismo, quanto as ordens jurídica e econômica que favoreceram sua consolidação.

Verificou-se, assim, que o crescimento da indústria foi o principal responsável pelo dinamismo da economia brasileira a partir de 1930, dando origem a um “proletariado urbano”: classe trabalhadora assalariada que constituiu a força-motriz do capitalismo brasileiro. Isso foi possível, conforme salientou Bresser Pereira²¹¹, pelas oportunidades existentes para o empresariado industrial em uma economia protegida da concorrência externa, cujos direitos trabalhistas ainda não estavam plenamente estabelecidos, mas que, desde logo, assumiram uma função “pacificadora” das relações sociais de produção.

Não fosse por isso, não haveria sentido em se ter criado no Brasil uma legislação trabalhista e uma Justiça especializada que serviram, ao longo de sua existência, sobretudo à regulação de uma determinada espécie de trabalho: o trabalho assalariado e subordinado, próprio do modo de produção capitalista.

Verificou-se, ainda, que se em um primeiro momento as condições de vida e de consciência de classe dos trabalhadores assalariados eram pouco expressivas, a partir de 1970 estes se tornaram um grupo relativamente organizado e com razoável poder de reivindicação.

O protagonismo estatal no processo de desenvolvimento econômico do país, por outro lado, fez-se presente em diversos períodos, por meio da adoção de medidas favoráveis aos “interesses da nação”, como ocorreu durante os regimes autoritários desenvolvimentistas.

Procurou-se demonstrar que a normatização contribuiu para a disciplina da mão de obra, não apenas através de instrumentos de regulação da compra e venda

²¹¹ PEREIRA, 1987, op. cit. p. 52-53.

da força de trabalho, mas também pela institucionalização de valores relacionados à ética produtiva.

Não se pode olvidar, assim, da importância da resignificação do valor do trabalho, diante das raízes escravocratas do Brasil, as quais contribuíram tanto para a estigmatização do trabalho subordinado, quando para o atraso no desenvolvimento do modo de produção capitalista no país. Isso explica, de certa forma, a necessidade de se reproduzir, em sucessivas constituições, o primado do “dever social” do trabalho e de sua vinculação à concepção de dignidade.

Uma vez consolidado o modo de produção capitalista, prescindindo, então, de legitimação, os direitos trabalhistas assumiram novos contornos, em um contexto mais democrático e humanista. Neste momento, a primazia da justiça social e da dignidade da pessoa humana passam a informar todo sistema jurídico, fazendo surgir uma legislação ainda mais protetiva e voltada aos direitos sociais.

A Constituição de 1988 traz, assim, um extenso rol de garantias aos trabalhadores, em um verdadeiro sistema constitucional trabalhista. O trabalho passou, com isso, a “princípio” e “direito” fundamental, inaugurando um novo período da história das relações trabalhistas no país.

A conclusão a que se chega, nas palavras de Wilson Ramos Filho é que:

[...] ainda que o Direito não possa ser considerado como mero reflexo das relações econômicas, resta evidente sua vinculação, mediata, com os processos produtivos e, imediata, com as relações de poder na sociedade. Assim, o Direito Capitalista do Trabalho sempre será *protetivo* e sempre tutelar as relações de produção; às vezes, assegurando contrapartidas mais amplas pela aceitação da sujeição capitalista e, às vezes, garantindo mais direitos às classes empresariais [...] Protegerá e legitimará a relação de sujeição e de dominação entre as classes sociais e, no plano da microeconomia, legalizará a subordinação de um dos contratantes a outro e legitimará uma injusta distribuição dos excedentes da produção, naturalizando a apropriação da mais-valia por parte dos empregadores.²¹²

Claro está, portanto, o caráter dúplice e balizador do Direito Trabalhista: legitimar a exploração da força de trabalho e reafirmar as conquistas sociais dos trabalhadores.

²¹² SILVA, 2010, op. cit. p. 239.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Estudos sobre Hegel**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

_____. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

_____. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

_____. Constituição (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

_____. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. **Emenda Constitucional nº 01/1969**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm

BRESSER PEREIRA, L. C. **Economia Brasileira: Desenvolvimento e Crise no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONSENTINO, D. V. **A transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as raízes das desigualdades sociais no Brasil**. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/448_abstract.pdf. Acesso em: 02 nov. 2012.

COUTINHO, A. R.; DALLEGRAVE NETTO, J. F. **Transformações do Direito do Trabalho**, Curitiba: Juruá, 2000.

DELGADO, G. N. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São Paulo, LTr, 2006.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 8 ed. São Paulo: LTr, 2009.

DINIZ, E. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes. In: BORIS, F. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1986.

DISCURSOS DOS PRESIDENTES DO BRASIL. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>

DOBB, M. H. **A evolução do capitalismo**. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

_____. **Os salários**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ENCÍCLICA RERUM NOVARUM. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerumnovarum_po.html. Acesso em: 01 nov. 2012.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995

_____. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. Rio de Janeiro: Difel, 1983.

FAUSTO, B.; HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira**. 11 v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo, Zahar, 1981.

FERRARI, I; NASCIMENTO, A. M.; MARTINS FILHO, I. G. S. **História do Trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2011.

FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GEBARA, A. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOMES, D. G. P. **Direito do Trabalho e Dignidade da Pessoa Humana, no contexto da Globalização Econômica: Problemas e Perspectivas**. São Paulo, LTr, 2005.

GOSDAL, T. C. **Dignidade do Trabalhador: Um Conceito Construído sob o Paradigma do Trabalho Decente e da Honra**. Tese (Doutorado em Direito) - Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. 2006.

HOBSBAWM, E. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **A era do capital: Europa 1848-1975**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **O Estado e Capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LAMOUNIER, M. L. Entre a Escravidão e o Trabalho Livre. Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX. **Economia, Selecta**, Brasília, v.9, n.4, p.215–245, dezembro 2008. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215_245.pdf. Acesso em: 20 out. 2012.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K. H. **O capital**. Livros 1 e 2. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. H.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POOR LAWS. Disponível em: <http://www.workhouses.org.uk/poorlaws>. Acesso em: 07 set. 2012.

PRADO JUNIOR., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

RAMOS FILHO, W. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**. São Paulo: LTr, 2012.

REFORMAS LEGISLATIVAS DO SÉCULO XIX NA INGLATERRA. Disponível em: <http://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/livinglearning/19thcentury/>. Acesso em: 10 set. 2012.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2010.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WANDELLI, L. V. **Direito ao Trabalho como Direito Humano e Fundamental: Elementos para sua fundamentação e concretização**. Tese (Doutorado em Direito) - Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.